



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 142

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 11 DE DEZEMBRO DE 2006

ANO XXXI

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PMDB

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PMRB

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Nelson Garcia
PMDB Antonio Anibelli
PT Ângelo Vanhoni
PDT Luiz Carlos Martins
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PRB Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 142

117ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Ato do Presidente..... 02

Mesa Executiva 03

Presenças 03

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Mensagens 03

Ofícios..... 05

Telegrama..... 05

Indicações 05

Designação..... 05

Requerimentos 06

Projetos de Lei 09

Pequeno Expediente:

Dep. Barbosa Neto 13

Dep. Jocelito Canto..... 14

Dep. Tadeu Veneri..... 16

Dep. José Domingos Scarpellini 17

Dep. Elza Correia..... 19

Dep. Pastor Edson Praczyk 19

Horário das Lideranças:

Liderança do Bloco PP/PSB

Dep. José Domingos Scarpellini 17

Liderança do Bloco PTB/PL/PRB

Dep. Jocelito Canto 14

Liderança do PFL

Dep. Plauto Miró Guimarães 20

Liderança do PT

Dep. Ângelo Vanhoni 21

Liderança da Oposição

Dep. Valdir Rossoni 23

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 24

Discussão / Votação:

Redação Final 25

3ª Discussão 26

2ª Discussão 26

1ª Discussão 27

Requerimentos 41

Encerramento da Sessão 42

Transcrições..... 42

Publicações:

Comissão Executiva

Atos..... 43

Diretoria Geral

Portarias 44

Portaria DAT 44

Atas de Comissões

Especial - Conselheiro do

Tribunal de Contas 44

CEI - Grampos Telefônicos 44

Obras Públ., Transp. e Com. 45

Tomada de Contas..... 46

Ato do Presidente:

ATO DO PRESIDENTE Nº 008/06

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 34, do Título II, Seção III, combinado com o Inciso XIII do Artigo 20, do Regimento Interno,

D E C R E T A :

constituída a Comissão Especial, composta pelos Deputados Ângelo Vanhoni, Plauto Miró Guimarães, Francisco Bühner e Alexandre Curi, que irá opinar sobre os candidatos inscritos para ocupar o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11.12.06

(a) HERMAS BRANDÃO - Presidente

DIÁRIO Nº 142**117ª SESSÃO ORDINÁRIA****4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 117ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
11 DE DEZEMBRO DE 2006***(segunda-feira)***Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelos Srs. Deputados Elio Rusch e Geraldo Cartário.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri e Valdir Rossoni, (48).

Ausentes os Srs. Deputados: Reni Pereira, Miltinho Pupio, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (05).

Em licença médica o Sr. Deputado Pedro Ivo Ilkiv (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual

foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Mensagem**

MENSAGEM Nº 068/06

Curitiba, 06 de dezembro de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar dispositivos da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996 (Lei do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS), alterações essas que, especificamente, serão as seguintes e que justificam-se conforme ponderações adiante transcritas, resultantes de estudos realizados pela Secretaria de Estado da Fazenda:

“II - Fica acrescentado o parágrafo 8º ao artigo 14:

‘§ 8º A alíquota prevista no inciso II aplica-se às operações com blocos e tijolos para construção, classificados no código 6810.11.00 da NCM;’

Art. 14. As alíquotas internas são seletivas em função da essencialidade dos produtos ou serviços, assim distribuídas:

(...)

II - alíquota de 12% (doze por cento) para as operações e prestações com os seguintes bens, mercadorias e serviços:

(...)

IV - alíquota de 18% (dezoito por cento) para os demais serviços, bens e mercadorias;”

O presente anteprojeto de lei pretende reduzir a alíquota do ICMS incidente nas operações com blocos e tijolos para construção, classificados no código 6810.11.00 da NCM, fabricados de fibras vegetais, palhas ou aparas, partículas, serragens ou outros desperdícios de madeira, aglomerados com cimento, gesso ou outros aglutinantes minerais, visando a redução do preço destes produtos, e o conseqüente barateamento do custo da construção de casas populares, pela oferta de uma opção de material mais barato e de fácil acesso.

II - Fica acrescentado o inciso IV do artigo 21, com a seguinte redação:

“IV - o contribuinte substituído, quando:

a) o imposto não tenha sido retido, no todo ou em parte, pelo substituto tributário;

b) tenha ocorrido infração à legislação tributária para a qual o contribuinte substituído tenha concorrido;

c) a informação ou declaração de que dependa o cumprimento de obrigação decorrente de substituição tri-

butária não tenha sido prestada, tenha sido feita de forma irregular ou tenha sido apresentada fora do prazo regulamentar pelo contribuinte substituído;

d) receber mercadoria em operação interna desacompanhada do comprovante de recolhimento do imposto, nas situações em que o pagamento é exigido por ocasião da ocorrência do fato gerador.”

Art. 21. São solidariamente responsáveis em relação ao imposto:

Esta proposição prevê, ainda, a atribuição da responsabilidade solidária pelo pagamento do imposto ao contribuinte substituído, quando na nota fiscal de aquisição de produto submetido ao regime da substituição tributária não vem informado (retido) o imposto ou este vem calculado com insuficiência.

Atualmente esta responsabilidade é atribuída apenas ao substituto tributário, que em muitos casos localiza-se em outra unidade federada e não possui inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado do Paraná, fator que dificulta a fiscalização e cobrança do imposto.

Ademais, o imposto não retido configura vantagem usufruída pelo substituído e, em se tratando de combustíveis, bebidas, veículos e outros produtos de elevada carga tributária, a vantagem auferida é significativa, sendo que a ausência de previsão legal atribuindo responsabilidade ao destinatário, estimula a participação deste em operações de remessa irregulares;

III - Ficam acrescentados a alínea “c” ao inciso XVI do § 1º do artigo 55:

“c) não atender à notificação de estorno de crédito, conforme previsão da alínea “h” do inciso anterior.

Art. 55. Os infratores à legislação do ICMS ficam sujeitos às seguintes penalidades:

(...)

§ 1º Ficam sujeitos às seguintes multas os que cometerem as infrações descritas nos respectivos incisos:

(...)

XVI - de 12 (doze) UPF/PR, ao sujeito passivo que:

Art. 28. O crédito lançado irregularmente fica sujeito a glosa em ação administrativo-fiscal.

(...)

Art. 56. A apuração das infrações à legislação tributária e a aplicação das respectivas multas dar-se-ão através de processo administrativo fiscal, organizado em forma de autos forenses, tendo as folhas numeradas e rubricadas e as peças que o compõem dispostas na ordem em que forem juntadas, obedecendo, em primeira instância, o seguinte procedimento e disposições:

(...)

III - AUTO DE INFRAÇÃO

A alteração ao artigo 55, que trata das penalidades a serem aplicadas aos contribuintes que infringirem a legislação do ICMS, faz-se necessária para fornecer ao fisco condições de exigir de penalizar o contribuinte por descumprimento de notificação para realizar o estorno do crédito do imposto irregularmente lançado, no caso deste

ainda não ter sido utilizado pelo contribuinte (estabelecimento permanecer com saldo credor).

IV - Fica revogado o parágrafo 8º do artigo 55.

§ 8º A multa prevista no inciso I do parágrafo 1º deste artigo será o equivalente a 30% (trinta por cento) do valor do imposto declarado e não recolhido, ao contribuinte que deixar de pagar, no prazo previsto na legislação tributária, o imposto a recolher, por ele declarado na forma prevista no parágrafo 4º do artigo 45, a partir da segunda inadimplência, consecutiva ou não, podendo ser aplicado em relação a estas o benefício descrito no artigo 40 desta lei.

Por fim, determina a revogação de dispositivo que majorava, de dez para trinta por cento, a penalidade a ser aplicada no caso de reincidência da prática da conduta prevista no inciso I do artigo 55 da Lei nº 11.580/1996 (deixar de pagar, no prazo previsto na legislação tributária, o imposto por ele declarado na forma prevista no parágrafo 4º do artigo 45), considerando que esta alteração não surtiu o efeito desejado, além de agravar, na prática, a pena imposta ao contribuinte inadimplente eventual.”

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ORLANDO PESSUTI

Governador do Estado, em exercício

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Ficam introduzidas as seguintes alterações na Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996:

I - Fica acrescentado o parágrafo 8º ao artigo 14:

“§ 8º A alíquota prevista no inciso II aplica-se às operações com blocos e tijolos para construção, classificados no código 6810.11.00 da NCM.”

II - Fica acrescentado o inciso IV ao artigo 21, com a seguinte redação:

“IV - o contribuinte substituído, quando:

a) o imposto não tenha sido retido, no todo ou em parte, pelo substituto tributário;

b) tenha ocorrido infração à legislação tributária para a qual o contribuinte substituído tenha concorrido;

c) a informação ou declaração de que dependa o cumprimento de obrigação decorrente de substituição tributária não tenha sido prestada, tenha sido feita de forma irregular ou tenha sido apresentada fora do prazo regulamentar pelo contribuinte substituído;

d) receber mercadoria em operação interna desacompanhada do comprovante de recolhimento do imposto, nas situações em que o pagamento é exigido por ocasião da ocorrência do fato gerador.”

III - Ficam acrescentados a alínea “c” ao inciso XVI do parágrafo 1º do artigo 55:

“c) não atender à notificação de estorno de crédito, conforme previsão da alínea “h” do inciso anterior.”

IV - Fica revogado o parágrafo 8º do artigo 55.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios

Sob o nº 2453/06, do Sr. Heinz Georg Herwig, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando Relatório de atividades do referido órgão, relativo ao 3º trimestre de 2006. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CLT/CC/321/06, do Sr. Orlando Pessuti, Governador do Estado, em exercício, restituindo o Projeto de Lei nº 796/05, de autoria do Deputado Cesar Seleme. **Ao conhecimento da Casa.**

OFÍCIO S/Nº

Curitiba, 11 de dezembro de 2006.

Senhor Presidente:

Dirijo-me respeitosamente a essa Presidência, com o objetivo de informar que a partir desta data estarei reassumindo minha participação nas atividades normais deste Poder, inclusive com a presença nas Sessões Ordinárias e Extraordinárias, cessando o período de afastamento ocasionado pelas lesões sofridas em acidente automobilístico conforme Atestado Médico encaminhado anteriormente.

Caso necessário novo período de afastamento, informarei à época com os documentos necessários para comprovação dessa necessidade.

Na oportunidade, renovo minhas considerações de apreço e estima.

Atenciosamente,

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

OFÍCIO Nº 157/06

Curitiba, 11 de dezembro de 2006.

Senhor Presidente:

Vimos por meio deste informar a V. Exa. que estarei ausente desta Casa por motivos de saúde, conforme atestado médico em anexo.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovamos os protestos de estima e consideração.

Atenciosamente.

(a) PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente

ATESTADO MÉDICO

Atesto para os fins que se fizerem necessário, que o Sr(a). PEDRO IVO ILKIV, encontra-se sob meus cuidados profissionais e necessita dispensa das atividades laborativas habituais, para tratamento complementar de saúde, durante 7 (sete) dias.

CID: N20.2

(a) DR. JOSÉ CARLOS CALDIAL

Telegrama

Do Ministério da Saúde, informando liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para o Instituto de Saúde do Paraná, sob nº 11224407/MS/SE/FNS no valor de R\$ 30.095.873,65 para pagamento de gestão plena de sistema estadual (NOAS). **Ao conhecimento da Casa.**

Indicação

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 030/06

Com fulcro no artigo 127, *caput*, parágrafos 1º e 2º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o r. representante do Poder Legislativo Estadual, infra assinado, vem:

Sugerir a abolição do termo “RP” (reprovado) dos históricos escolares, dada a repercussão altamente negativa da expressão no *Curriculum Vitae* do aluno, prejudicando-o até mesmo em sua vida profissional.

Exmo. Sr. Secretário de Estado da Educação e Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná.

De acordo com o que autoriza o Regimento Interno da Casa Legislativa Paranaense, bem como as normas constitucionais de iniciação de processo legislativo, vimos, respeitosamente, perante V. Exas. sugerir a apresentação, por parte do Poder Executivo do Estado do Paraná, de um projeto de lei que traga o seguinte conteúdo: a retirada, abolição ou extirpação do termo “RP” (em alusão à condição de reprovado) dos históricos escolares emitidos pelas instituições de ensino públicas ou privadas deste Estado. Em justificativa, contemplamos que tal expressão tem conteúdo extremamente degradante, chegando a ser pejorativo, e passa a causar impacto negativo no *Curriculum Vitae* do jovem estudante, podendo até mesmo causar-lhe prejuízo em momento posterior, à época da busca de emprego.

Portanto, tendo em vista a competência constitucional da Secretaria de Estado da Educação, por meio de Mensagem do Poder Executivo, em iniciar o processo legislativo sobre a matéria em tela, por esta figurar no rol de suas atribuições, esperamos a compreensão e atendimento ao solicitado, em benefício da carreira dos jovens estudantes paranaenses.

Aproveito o ensejo para expressar meu votos de elevada estima e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 11.12.06.

(a) BARBOSA NETO

Designação

DESIGNAÇÃO

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Paraná, atendendo o disposto no Ato da Comissão Executiva nº 170/06, designa o(s) Senhor(es) Deputado(s) Hermes Fonseca para representar esta Casa de

Leis no(s) Ingresso do Brasil no Parlamento do Mercosul no(s) dia(s) 13 e 14 de dezembro na(s) cidade(s) de Brasília.

Sala das Sessões, em 11.12.06.
(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente
NEREU MOURA - 1º Secretário
GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a autorização desta Casa de Leis para ausentar-se nos dias 13 e 14 de dezembro, para realização de viagem a Brasília - DF, a fim de participar da solenidade de ingresso do Brasil no Parlamento do Mercosul, conforme anexo.

Sala das Sessões, em 06.12.06.
(a) HERMES FONSECA

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2775

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja retirado de pauta, por dez Sessões, o Projeto de Lei nº 479/06, Item 27 da pauta da Ordem do Dia da Sessão Ordinária de 11 (onze) de dezembro de 2006, em razão dos seguintes fatos e fundamentos:

1. O projeto de lei do Poder Executivo, ao revogar as Leis nºs 13.971, de 26 de dezembro de 2002 e 14.999, de 26 de janeiro de 2006, acaba com os incentivos da Estação Aduaneira Interior, de Maringá;

2. a sociedade organizada de Maringá e região está lutando em favor da manutenção da Estação Aduaneira, tendo em vista que essa desativação é muito ruim para todo o interior do Estado;

3. sem dúvida não interessa ao Governo do Estado prejudicar o interior do Estado e dessa forma, é fundamental a discussão ampla desse tema, antes de se efetivar a revogação das mencionadas leis;

4. considerando, ainda, o disposto no artigo 184 do Regimento Interno, é possível a retirada de pauta de projeto de lei em regime de urgência, haja vista a impossibilidade da inclusão do Projeto de Lei nº 479/06 em regime de urgência no final da sessão legislativa.

Sala das Sessões, em 11.12.06.
(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2752

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa de redação final para os

projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 11.12.06.
(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 2757

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 120, do Regimento Interno, REQUER, a anexação dos Projetos de Lei nºs 298/06 e 255/06, que dispõem sobre proibição do uso de telefones celulares nos estabelecimentos prisionais do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 11.12.06.
(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 2751

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário que seja marcada Sessão Extraordinária, logo após o término da presente Sessão Ordinária, com a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 11.12.06.
(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 2774

Senhor Presidente:

Venho por meio deste à presença de V. Exa., encaminhar atestado médico, que segue em anexo, justificando a minha ausência em Plenário no dia 06 de novembro de 2006, por motivos de saúde.

Certo de merecer de V. Exa, especial atenção e colaboração, aproveito a oportunidade para reiterar os meus protestos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 11.12.06.
(a) CLEITON KIELSE

ATESTADO

Atesto para os devidos fins que o Sr. Claiton Kielse Bordini Crisótomo necessita de afastamento da atividade profissional no dia de hoje por motivo de saúde.
CID N 20

Curitiba, 06.11.06.
Dr. DAVID KULYSZ
CRM 7818

REQUERIMENTO Nº 2746

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido em 06 de dezembro do corrente ano, do Vereador do município de Tijucas do Sul, Renato Muhlstedt.

O Sr. Renato Muhlstedt, 55 anos, nasceu em São José dos Pinhais no dia 01 de agosto de 1951, formado em contabilidade, mantinha escritório no município de Tijucas do Sul, onde morava já há mais de vinte anos. Em 2004 elegeu-se pela primeira vez Vereador, marcando a história política de Tijucas do Sul, tornando-se o primeiro candidato do Partido dos Trabalhadores a conseguir vaga no Legislativo Municipal.

Católico praticante tinha como principal objetivo servir o próximo, onde prestou grande colaboração ao município com seu conhecimento, convívio e participação. Deixa viúva Lídia Aparecida Camargo Muhlstedt e dois filhos: Eduardo e Patricia.

Pessoa muito querida por todos que o conheciam, deixando muitas saudades aos amigos e familiares. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada no endereço: Rua XV de Novembro, 1614 - Centro - Tijucas do Sul - CEP: 83.190-000.

Sala das Sessões, em 11.12.06.

(a) FRANCISCO BÜHRER

REQUERIMENTO Nº 2747

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inserção nos Anais desta Casa de votos de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Domingos Faustino de Carvalho.

Nascido em Sertãoópolis-PR, em 1942, Domingos Carvalho era formado em Medicina pela Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Católica do Paraná - PUC. Foi Vice-Prefeito de Castro, por cujo município e região dos Campos Gerais se elegeu Deputado à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná com 14.991 votos em 1990.

Foi Diretor do Hospital Bom Jesus de Castro. Foi titular da Comissão Técnica desta Casa, que investigou a exploração de trabalhadores bóias-frias no interior do Paraná. Membro da Comissão Permanente da Saúde Pública.

Consternados expressamos à família enlutada os mais sinceros pêsames.

Sala das Sessões, em 11.12.06.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 2758

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de profundo pesar, pelo falecimento do empresário, Sr. Maurício Adamy, ocorrido dia 03 de dezembro corrente.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 11.12.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com apenas 25 anos de idade faleceu tragicamente, dia 03 de dezembro/06, o jovem empresário Maurício Adamy.

Seu passamento veio entristecer profundamente seus familiares, parentes, colegas de serviço e amigos, dentre eles este Parlamentar.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos, resta-nos, todavia, um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada e dedicada à família, aos amigos e ao trabalho.

Sua família, a família que o adorava, despediu-se em lágrimas, dizendo que jamais o esquecerão e sua maneira de ser, seus gestos, seu companheirismo e carinho dispensado a todos, sempre serão lembrados.

Rogamos ao Pai celeste que conceda aos nossos amigos, familiares de Maurício Adamy, o conforto necessário neste momento de tristeza.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Adamy, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 2778

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, de voto de profundo pesar pelo falecimento, em serviço, do soldado Marcelino Deivid Kais, que foi morto quando dirigia-se para o trabalho, na tarde do dia 10 de dezembro passado, alvejado no peito por assaltantes.

Requer ainda, que após aprovado, seja enviada cópia do presente requerimento à família enlutada: Rua Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, 654, Jardim Paulista, CEP: 83.430-000, Campina Grande do Sul-PR.

Sala das Sessões, em 11.12.06.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 2754

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações ao Tenente Coronel Médico Odilon Ibarraz Emery Flores, por relevantes serviços prestados, com elevado senso e espírito altruísta, à comunidade militar e seus dependentes e civis. Promovido a Tenente Coronel Médico em 31 de agosto de 2004 pelo Comando da Aeronáutica, o Tenente-Coronel Médico Odilon Ibarraz Emery Flores,

como Chefe da Subdivisão do Cindacta II, ampliou as instalações de infra-estrutura hospitalar e implantação do curso de pós-graduação *latu senso* em dentística e ortodontia.

Requeremos, também, que a decisão do presente seja comunicada ao Tenente-Coronel Médico Odilon Ibarraz Emery Flores.

Sala das Sessões, em 11.12.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 2764

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações à população do município de Santa Helena, através de seu Prefeito, Sr. Giovani Maffini, pela realização da Expo Santa Helena, ocorrida nos dias 07 a 10 de dezembro e pela festa do Costelão, prato típico da cidade, realizada no domingo (10), último dia da exposição.

Requer ainda, que se dê ciência ao mesmo através de correspondência a ser encaminhada para a Prefeitura Municipal, Rua Paraguai, 1401, CEP: 86.350-000, Santa Helena-PR.

Sala das Sessões, em 11.12.06.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 2767

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações ao município de Alvorada do Sul, em comemoração ao seu 54º aniversário.

Requer ainda, que seja dado ciência ao Prefeito do município e Presidente da Câmara Municipal, Exmos. Srs. Marcos Antonio Voltarelli e João Carlos Peres, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 11.12.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2771

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações às equipes pré-infantil, infantil e juvenil de Ginástica Rítmica (GR) de Conjunto da Unopar - Universidade Norte do Paraná, pela conquista do Campeonato Brasileiro de Ginástica Rítmica de Conjunto em Toledo.

Requer ainda, que seja dado ciência às atletas e equipe técnica, através da Vice-Chanceler da Unopar -

Universidade Norte do Paraná, Profª Bárbara Laffranchi, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 11.12.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2772

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações ao município de Alvorada do Sul, em comemoração ao seu 54º aniversário.

Requer ainda, que seja dado ciência ao Prefeito do município e Presidente da Câmara Municipal, Exmos. Srs. Marcos Antonio Voltarelli e João Carlos Peres, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 11.12.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2776

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado à advogada Rosi de Oliveira Dequech, enviando-lhe voto de congratulações em razão da eleição para o cargo de Presidente da Comissão Estadual da Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica do Brasil.

A solenidade de posse acontecerá no dia 12 de dezembro, em Brasília, quando serão empossadas as Presidentes eleitas dos demais Estados.

Sala das Sessões, em 11.12.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2777

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações à Arquidiocese de Curitiba e ao padre Wilson Czaia, em razão da ordenação do mesmo em 26 de novembro de 2006 e do belo trabalho realizado com surdos.

O padre Wilson Czaia, ordenado sacerdote em 26 de novembro de 2006, é o primeiro padre natisurdo (nascido com surdez profunda) do Paraná e o segundo do país.

A cerimônia de ordenação aconteceu na Paróquia São Francisco de Paula, pela imposição das mãos de Dom Moacyr Vitti, Arcebispo Metropolitano de Curitiba/PR.

A homenagem desta Assembléia Legislativa à Arquidiocese de Curitiba e ao padre em razão das barreiras vencidas, mostrando que o preconceito é fruto de desconhecimento e do interesse.

Sala das Sessões, em 11.12.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2759

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de aplausos ao Sargento Luiz Adriano dos Santos e a Policial Militar Bruna Roberta Mayer, lotados no 1º Batalhão de Polícia Militar do Paraná, no município de Ponta Grossa, pela presteza no socorro prestado ao recém-nascido Caíque, filho da catadora de papel Márcia Regina Ramos Carvalho, na madrugada do dia 07 de dezembro passado, em residência humilde, que teve sua vida salva graças às manobras de primeiros socorros aplicadas pela PM Bruna.

Requer ainda, que se dê ciência aos mesmos através de correspondência a ser encaminhada a Rua Professor Cardoso Fontes, 985 - Bairro da Ronda - CEP 84050-900 - Ponta Grossa/PR.

Sala das Sessões, em 11.12.06.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 2770

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao garoto Paulo Henrique de Oliveira Santos, aluno da Escola de Educação Especial Tio Teófilo, pela conquista do primeiro lugar no Concurso de Artes Literárias do 3º Festival Nossa Arte, realizado pela Federação das APAEs do Norte Pioneiro.

Requer ainda, que seja dada a ciência ao homenageado, ao Prefeito de Ibatí, Exmo. Sr. Luiz Carlos dos Santos e ao Presidente da Câmara Municipal de Ibatí, Exmo. Sr. Sérgio Costa de Souza, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 11.12.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2768

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Governador do Estado do Paraná, Exmo. Sr. Roberto Requião, solicitando o cumprimento da Lei 13.803/02, Decreto 6537/02, referente aos Agentes Fazendários.

Sala das Sessões, em 11.12.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2769

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de pedido de informação ao Secretário de Estado da Educação, Exmo. Sr. Maurício

Requião, solicitando com urgência a reforma do Colégio Estadual Olavo Garcia Ferreira da Silva, que possui 890 alunos cursando o Ensino Fundamental e que vêm enfrentando dificuldades para continuar os estudos em função das goteiras que inundam as treze salas de aula do referido estabelecimento.

Vale ressaltar que já existe pedido neste sentido, mas até agora não foi atendido. Com as chuvas fortes dos últimos dias, a situação piorou, ficando bastante precária.

Sala das Sessões, em 11.12.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2773

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja transcrito nos Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná o artigo “Beleza que mata”, de autoria da Sra. Célia Mussilli, publicado no jornal Folha de Londrina, distribuído no dia 19.11.2006.

Sala das Sessões, em 11.12.06.

(a) BARBOSA NETO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 579/06

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública o Centro de Tradições Gaúchas Tarca Nativista, com sede e foro no município de Pato Branco-PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.12.06.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

A CTG Tarca Nativista tem como finalidade promover a educação, assistência social, exercendo atividades de pesquisas científicas sobre a cultura, inclusive no âmbito artístico e filantrópico, de caráter geral e indiscriminatório.

Com ênfase às tradições do Rio Grande do Sul, suas histórias, lendas, músicas, canções, costumes, folclore e outras manifestações, divulgando sua ação tradicionalista pelos municípios e estados vizinhos, e sempre que possível em todo o território nacional, dentro dos princípios de brasilidade, com o objetivo de uma maior elevação moral e cultural da terra gaúcha, agregando pessoas que estejam dispostas a cultivar e conservar o penhor pelas tradições gauchescas, através de comemorações específicas e programas regionalistas.

PROJETO DE LEI Nº 580/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Agricultores Familiares de Jacutinga de Cima, com sede e foro no município de Mato Rico.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.12.06.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

A Associação tem por finalidade apoiar e desenvolver ações junto aos moradores em atividades das áreas de agricultura, agropecuária, piscicultura, avicultura, suinocultura e atividades correlatas, bem como produção de derivados e comercialização dos mesmos.

A entidade tem como objetivo o aumento da produtividade agrícola e pecuária junto aos associados, buscando meios para desenvolver a atividade de industrialização dos produtos agrícolas, promovendo a assistência social, através de experimentos não lucrativos de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos, através do comércio, emprego e créditos, combatendo assim a pobreza, e ainda defender a prevenção e conservação do meio ambiente estimulando o desenvolvimento sustentável.

Sendo assim, as atividades previstas configuram-se mediante a execução direta de projetos, programas, planos de ações correlatas, e também por meio da doação de recursos, e ainda pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem na área.

PROJETO DE LEI Nº 581/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Instituto Bom Aluno do Brasil, com sede e foro no município de Piraquara.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.12.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O Instituto Bom Aluno do Brasil, com sede e foro no município de Piraquara, entidade sem fins lucrativos, tem por finalidade promover a melhoria da qualidade do ensino público e privado no município de Piraquara e região.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 582/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Instituto BS Colway Social, com sede e foro no município de Piraquara.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.12.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O Instituto BS Colway Social, com sede e foro no município de Piraquara, entidade sem fins lucrativos, tem por finalidade promover a melhoria da qualidade de vida dos habitantes de Piraquara e região, buscando assegurar-lhes o pleno exercício da cidadania.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 583/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, a Associação Fórum das Entidades Filantrópicas de Londrina - AFEL, com sede e foro em Londrina, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.12.06.

(a) ANDRÉ VARGAS

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa declarar de Utilidade Pública a Associação Fórum das Entidades Filantrópicas de Londrina - AFEL, com sede na cidade de Londrina-PR.

A presente entidade, de acordo com a Lei Municipal nº 9.720 de 12 de abril de 2005, foi declarada de Utilidade Pública Municipal. A mesma representa hoje cerca de cem Entidades Sociais em Londrina, realiza reuniões mensais desde a sua fundação, tem assídua participação nas conferências municipais de Educação, Assistência Social da Criança e do Adolescente, com assento nestes três conselhos. A presente associação tem por objetivo promover o intercâmbio entre entidades que buscam a ampliação do campo da cidadania, da filantropia, da constituição e expansão dos direitos fundamentais; defender os interesses comuns de suas associadas; combater todas as formas de discriminação racial, étnica e de gênero; ser um instrumento de expressão, em âmbito nacional e internacional, das contribuições propostas, opiniões e alternativas das entidades filantrópicas frente

ao desafio do desenvolvimento, conforme relatório de atividades apresentado.

Ante ao exposto, aguardo da parte de meus nobres pares, a aprovação da presente propositura.

PROJETO DE LEI Nº 584/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública, o Clube das Mães Unidas, com sede e foro em Londrina, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.12.06.

(a) ANDRÉ VARGAS

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa declarar de Utilidade Pública o Clube das Mães Unidas, com sede na cidade de Londrina-PR.

A presente entidade, de acordo com a Lei Municipal nº 3.420 de 1º de novembro de 1982, foi declarada de Utilidade Pública Municipal, por ser uma entidade sem fins lucrativos, que tem por objetivo prestar atendimento a famílias de baixo nível sócio-econômico, através de ações que proporcionem a capacitação profissional, organização de grupos de geração de renda, encaminhamento para o trabalho, através da implementação do balcão de emprego, conforme relatório de atividades da mesma.

PROJETO DE LEI Nº 585/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, a Associação Kaiko - Centro de Estudos de Artes Marciais Estilo Ninjutsu, com sede e foro em Londrina, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.12.06.

(a) ANDRÉ VARGAS

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa declarar de Utilidade Pública a Associação Kaiko - Centro de Estudos de Artes Marciais Estilo Ninjutsu, com sede na cidade de Londrina-PR.

A presente entidade, de acordo com a Lei Municipal nº 9.895 de 27 de dezembro de 2005, foi declarada de Utilidade Pública Municipal, por ser uma entidade sem fins lucrativos, a mesma tem por objetivo a promoção da cultura e estudos das artes marciais, defesa e conservação do Patrimônio Histórico, Artístico e do Meio Ambiente;

desenvolver projetos nas áreas de cultura, esporte, saúde, meio ambiente, educação e comunicação; promoção da assistência social, desenvolver trabalhos de cadastramento junto a famílias de baixa renda, arrecadar alimentos, fazer campanhas, buscar recursos junto aos órgãos municipais, estaduais, federais, empresas privadas e internacionais, conforme estatuto da entidade.

Ante ao exposto, aguardo da parte de meus nobres pares, a aprovação da presente propositura.

PROJETO DE LEI Nº 586/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica inserido no inciso I, do artigo 4º da Lei nº 14.260/03 a alínea "c", vigorando com a seguinte redação:

"Art. 4º ...

I - ...

c) os veículos dispostos no inciso XI, do artigo 14 desta lei, respeitado o período de isenção."

Art. 2º Fica inserido o inciso XI, no artigo 14 da Lei nº 14.260/03, vigorando com a seguinte redação:

"Art. 14. ...

XI - adquiridos pelas empresas fornecedoras de serviços de aluguel dos mesmos, a serem registrados no Detran, pelos seguintes períodos:

a) no primeiro ano de registro para os veículos movidos a gasolina;

b) nos dois primeiros anos de registro para os veículos movidos a álcool."

Art. 3º Esta lei passa a vigorar na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.12.06.

(a) BARBOSA NETO

JUSTIFICATIVA:

Apresentamos este projeto de lei a esta colenda Casa atendendo ao clamor de vários empresários do setor de aluguel de automóveis, considerando que estes movimentam em larga escala a economia paranaense, tanto por gerar emprego quanto por adquirir com grande frequência veículos automotores.

Há de se ressaltar, que a mesma medida ora proposta é adotada *ipsis litteris* pela legislação tributária do Estado de Tocantins, que isenta do pagamento do IPVA as empresas de locação de automóveis, por determinado período, que os adquirem 0 km. Tal medida reduz significativamente os custos referentes a registro no Detran, licenciamento, e demais burocracias, o que implica no incentivo para que continuem adquirindo mais veículos, gerando mais empregos e aumentando a arrecadação dos demais impostos, a exemplo do ICMS.

Enfim, é por estas razões que consideramos relevante a apresentação deste projeto de lei, de ordem exce-

lente para a economia paranaense, e por isso contamos com o apoio e colaboração dos demais Pares.

PROJETO DE LEI Nº 587/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Denominar-se-á Rodovia Antônio de Brito, o trecho da Rodovia PR-160, que liga o município de Imbaú ao município de Reserva.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.12.06.

(aa) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI e
HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei que visa denominar-se o trecho da Rodovia PR-160, que liga a cidade de Imbaú ao município de Reserva, com o nome de Antônio de Brito, justifica-se pela importância que teve o homenageado para a região, como homem público e empresário bem sucedido.

Antônio de Brito, foi Prefeito do município de Ortigueira onde se destacou na sociedade como excelente pai de família e um homem preocupado com a causa social, falecido recentemente na cidade de Ponta Grossa.

Por isso, a nossa proposta de denominar-se com o seu nome este trecho referido no Projeto de Lei da Rodovia PR-160, que liga o município de Imbaú ao município de Reserva.

PROJETO DE LEI Nº 588/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Denominar-se-á Rodovia Francisco Cilião de Araújo, o trecho da Rodovia PR-272, que liga o município de Cruzmaltina ao Porto Ubá.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.12.06.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei que visa denominar-se o trecho da Rodovia PR-272, que liga a cidade de Cruzmaltina ao Porto Ubá, com o nome de Francisco Cilião de Araújo, justifica-se pela importância que teve o homenageado para a região do Vale do Ivaí, como homem público e empresário bem sucedido.

Empresário bem sucedido, foi fundador do município de Faxinal e pioneiro de Marilândia do Sul e Apucarana onde foi Vereador e sempre se destacou na

sociedade como excelente pai de família e um homem preocupado com a causa social.

Por isso, a nossa proposta de denominar-se com o seu nome este trecho referido no Projeto de Lei da Rodovia PR-272, que liga o município de Cruzmaltina ao Porto Ubá.

PROJETO DE LEI Nº 589/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Denominar-se-á Trevo Sebastiana Vanzella, o trevo da Rodovia PR-546, que dá acesso ao município de Bom Sucesso.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.12.06.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei que visa denominar-se o trevo da Rodovia PR-546, que liga a referida rodovia ao município de Bom Sucesso, com o nome de Sebastiana Vanzella, justifica-se pela importância que teve a homenageada para a região do Vale do Ivaí, como pioneira e mãe de dois ex-Prefeitos e, sobretudo, pelo trabalho social desenvolvido junto a comunidade do Vale do Ivaí.

Por isso, a nossa proposta de denominar-se com o seu nome este trevo referido no Projeto de Lei da Rodovia PR-546, que dá acesso ao município de Bom Sucesso.

PROJETO DE LEI Nº 590/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Denominar-se-á Rodovia Carlos Jerônimo Zanlorenzi, o trecho da Rodovia PR-510, que liga o município de Campo Largo ao município de Balsa Nova.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.12.06.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei que visa denominar-se o trecho da Rodovia PR-510, que liga a cidade de Campo Largo ao município de Balsa Nova, com o nome de Carlos Jerônimo Zamborenzi, justifica-se pela importância que teve o homenageado para Campo Largo e região metropolitana de Curitiba, como homem público e empresário bem sucedido.

Desnecessário seria a justificativa pela relevância política que teve o ex-Deputado Estadual Carlos Jerônimo Zamborenzi, que foi Prefeito de Campo Largo por

três vezes e sempre se destacou na sociedade como excelente pai de família e um homem preocupado com a causa social.

Por isso, a nossa proposta de denominar-se com o seu nome este trecho referido no Projeto de Lei da Rodovia PR-510, que liga o município de Campo Largo ao município de Balsa Nova.

PROJETO DE LEI Nº 591/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Denominar-se-á Rodovia Deputado Francisco Escorsin, o trecho da Rodovia PR-442, que liga o município de Assaí a BR-369.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.12.06.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei que visa denominar-se o trecho da Rodovia PR-442, que liga a cidade de Assaí até o entroncamento com a BR-369, com o nome de Deputado Francisco Escorsin, justifica-se pela importância que teve o homenageado para a região de Assaí, como homem público e empresário bem sucedido.

Francisco Escorsin, foi Deputado do município de Assaí onde se destacou na sociedade como excelente pai de família e um homem preocupado com a causa social.

Por isso, a nossa proposta de denominar-se com o seu nome este trecho referido no Projeto de Lei da Rodovia PR-442, que liga o município de Assaí até o entroncamento com a BR-369

PROJETO DE LEI Nº 592/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Denominar-se-á Rodovia Deputado José Castilho de Oliveira “Zito”, o trecho da Rodovia PR-450, que liga o município de Centenário do Sul a Porecatu.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.12.06.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei que visa denominar-se o trecho da Rodovia PR-450, que liga a cidade de Centenário do Sul a Porecatu, com o nome de José Castilho de Oliveira “Zito”, justifica-se pela importância que teve o homenageado para a região de Centenário do Sul, como homem público.

José Castilho, o Zito, como era conhecido, foi Prefeito de Centenário do Sul, onde se destacou na sociedade como excelente pai de família e um homem preocupado com a causa social.

Por isso, a nossa proposta de denominar-se com o seu nome este trecho referido no Projeto de Lei da Rodovia PR-450, que liga o município de Centenário do Sul a Porecatu.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pequeno Expediente, Deputado Barbosa Neto.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A notícia de que o nordeste sofre com a falta de oferta de mão-de-obra, que os jornais noticiaram na semana passada, demonstra que a nossa preocupação acabou, realmente, se tornando uma realidade. A Associação dos Cafeicultores do Espírito Santo denunciou que o Programa de Transferência de Renda do Governo Federal - o Bolsa Família - estaria prejudicando o ingresso no mercado de trabalho por parte dos trabalhadores ou desempregados que, com receio de perder o benefício, estariam rejeitando o trabalho em determinadas áreas do nordeste brasileiro.

É uma notícia extremamente grave porque demonstra que o comodismo está atacando os trabalhadores que recebem o Bolsa Família. Esse projeto de transferência de renda, que o Governo Federal alardeou de todas as formas na última eleição, ao invés de beneficiar a população, na verdade, acaba perpetuando a miséria daqueles incautos que recebem R\$ 95,00 (noventa e cinco reais) por mês como auxílio no Bolsa Família. Incautos porque acreditam que estão protegidos e assim se negam a aceitar o emprego que é, na verdade, a porta de entrada ao mercado de trabalho e, conseqüentemente, às conquistas sociais e à melhoria da qualidade de vida de todos trabalhadores e, por conseqüência, também, dos membros dessa família.

Nós registramos que não somos contrários ao Bolsa Família, mas no momento emergencial o problema é justamente que esse programa não tenha a porta de saída. Ele faz com que o cidadão ou a cidadã, beneficiados com esse repasse mensal, acabem ficando numa posição cômoda de não querer progredir, de não querer trabalhar para melhorar sua qualidade de vida.

A Bíblia já dizia: “ganharás o pão com o suor do teu rosto”. No Brasil, hoje, essa máxima bíblica, infelizmente, está sendo feita às avessas, lamentavelmente. A nossa preocupação, e que isso sirva de alerta para que o Governo Federal possa corrigir esse rumo que pode levar a um prejuízo ainda maior, exterminando a livre concorrência; exterminando, acima de tudo, numa sociedade de

classes como a que nós vivemos, o estímulo a que a pessoa possa progredir na vida por meio do trabalho, por meio do seu progresso enquanto pessoa, porque o trabalho enobrece e dignifica o homem. É uma máxima antiga, mas não é desgastada, apesar de surrada, e é muito atual nos dias de hoje.

Ao invés dessa notícia beneficiar, acaba prejudicando aqueles que têm uma visão de mundo como um todo, aqueles que vislumbram no fundo a possibilidade de melhorar a situação do nosso país. Vemos que esse projeto do Governo Federal - programa de transferência de renda - Bolsa Família - serviu muito bem como um curral eleitoral, mas esperamos que a perpetuação da miséria não se estabeleça em nosso país. É importante sim que os nossos irmãos, aqueles que não têm condições de se manter e manter seus familiares porque estão desempregados, também possam...

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)

V. Exa. tem um minuto para concluir seu pronunciamento.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Um minuto apenas, Sr. Presidente.

Fazemos questão de deixar registrada essa nossa posição, porque é importante que o Governo reveja os conceitos e que estabeleça um mecanismo em que a pessoa possa até continuar recebendo o Bolsa Família, mas que não desestimule o trabalhador a poder progredir porque senão, daqui a pouco, teremos que importar mão-de-obra, como acontece com países desenvolvidos, e, ao invés de melhorar a vida dos nossos brasileiros, dos nossos irmãos, estaremos criando mais uma reserva de mercado eleitoral para o Governo, esquecendo dos nossos irmãos e privilegiando o mercado de fora, como acontece em alguns países da Europa e do Oriente.

Muito obrigado, Sr. Presidente Neivo Beraldin.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Sr. Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Meu amigo Deputado Neivo Beraldin, Srs. Deputados, Sras. Deputadas:

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, quero comunicar a esta Casa, o Presidente já é sabedor dessa notícia, a morte do ex-Deputado Dr. Domingos Faustino de Carvalho, da cidade de Castro. Ele foi Deputado nesta Casa por um período legislativo, Vice-Prefeito e, acima de tudo, um médico humanitário, um médico que tinha uma vida de trabalho e dedicação, principalmente às pessoas mais simples.

Quero fazer esse registro e me associar aos votos de pesar que o Deputado Cartário está preparando e nós

haveremos de assinar juntos, nesta tarde, aqui, em homenagem a esse grande médico que construiu uma vida trabalhando, lutando e atendendo às pessoas mais simples de Castro e merece o nosso elogio, nesta tarde.

Sr. Presidente, o que nos traz a esta tribuna, hoje, é que tivemos um episódio triste no final de semana, aqui em Curitiba, onde mais uma vez a bravura de um policial militar foi destacada e cumpriu-se a sina do policial: ele acabou morrendo na tentativa de defender a sociedade. Essa é a sina do policial, seja ele civil, militar e até do exército. Para defender a sociedade, o policial tem a sina, muitas vezes, de acabar entregando sua vida, e foi o que aconteceu com o soldado Marcelino David Kaiss, 46 anos, do 12º Batalhão, que foi morto por bandidos para proteger passageiros de um ônibus, na região metropolitana de Curitiba.

Um policial com vinte anos de trabalho na corporação que merece todos os elogios do Paraná e desta Casa. Tenho visto aqui Srs. Deputados, e vejam como Deus é justo, faz a coisa certa. Vi aqui antes da eleição, Deputado Stica, alguém falar aqui nesta Casa, de que os novos policiais colocados nas ruas não tinham a devida experiência para estarem nas ruas e que era uma jogada política do governo colocar os novos policiais nas ruas. Vi discurso por aqui. Vi muita gente falar desse caso e vi também pessoas fazendo comentários aqui nesta Casa.

Mas, hoje, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o tempo passa e quando o tempo passa, nos dá a oportunidade de mostrarmos às vezes que não devemos julgar as pessoas antes da hora, porque depois, acaba-se falando demais.

Hoje, com muito orgulho, faço um registro.

Passa a usar o Horário do Bloco PTB/PL/PRB

Falava, Sr. Presidente e Srs. Deputados, lá em Ponta Grossa, na quinta-feira pela madrugada, o preparo, a eficiência da população, a coragem fez de dois policiais dois heróis. E vejam, como o Governo estava certo.

De um lado, um policial já veterano, um “sargento”, como falamos, o sargento Adriano. De outro lado, uma soldado de nome Bruna, uma mulher recém-formada na Escola de Policiais Militares do Paraná na turma de Ponta Grossa.

E olha, o que aconteceu de madrugada: uma mãe estava dando a luz a um bebezinho e se não fosse a presença desses dois policiais e da soldado Bruna, teríamos perdido uma criança em Ponta Grossa. E essa soldado de nome Bruna, chegou ao local onde morava uma família de catadores e papéis e lá salvou a vida de um bebezinho que recém tinha nascido e que se não fosse os conhecimentos que aquela policial tinha recebido no curso de formação, a criança não estaria viva. E graças a ela, uma criancinha que praticamente perderia a vida foi salva pela soldado Bruna que diz o seguinte: “O recém-nascido estava com o corpo gelado e não reagia aos estímulos.

Limpei o rostinho dele, desobstruí a via respiratória e o ergui a certa altura para que pudesse respirar.” Explica a policial, que se preocupou em aquecê-lo fazendo respiração boca-a-boca para que a criança pudesse viver. “Providenciamos o corte do cordão umbilical seguindo o que aprendi na escola de polícia que fiz quando aprendi os primeiros socorros.”

Essa pergunta que quero deixar no ar hoje. Quando um policial comete um erro, vemos um monte de gente fazendo comentários. Esse fim de semana um policial morreu tentando proteger um ônibus inteiro, um policial aqui de Curitiba. Não vi ninguém elogiar o policial, pelo menos ainda. Aqui em Ponta Grossa, um ato de heroísmo, um ato de responsabilidade, um ato de preparo de uma policial recém-formada.

Deputada Elza que chega agora, que defende tanto as mulheres, que preside o Conselho das Mulheres, V. Exa. deve estar orgulhosa hoje, porque na Polícia Militar, essa polícia comunitária que tanto o Governador tem falado, lá se formam policiais como essa mulher, essa policial. Se não fosse a ação dela, essa criança não estaria viva, graças a eficiência desses recém-formandos. Os soldados formados recentemente foram bem preparados sim, prova disso foi a atuação dessa policial junto com o sargento. Os dois em uma operação rápida conseguiram salvar a vida dessa criança.

Tinha que fazer esse depoimento, aqui, porque vi durante a campanha muita gente atacar dizendo que aqueles policiais não eram preparados e agora nós vemos aqui o gesto de uma grande policial, que deve ser condecorada já no início da sua carreira para que ela possa continuar subindo de posição naquilo que chamamos de a nossa valorosa Polícia Militar.

Fica esse registro e no final desta Sessão apresento um requerimento para que seja incluído na ficha desse policial e seja oferecido a eles a medalha de honra por terem trabalhado, por serem preparados, principalmente essa nova soldado a Bruna que fez a Escola de Polícia Militar agora em Ponta Grossa e conseguiu com isso salvar mais uma vida.

Então, fica esse registro, porque na campanha vi muita gente dizendo que esses policiais não estavam preparados. Aqui, fica o discurso contra a realidade, aqui fica o discurso contra a prática da política antes das eleições, aqui fica a realidade contra o discurso de uma criança que viveu graças a eficiência de uma jovem policial.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)

Próximo orador, Sr. Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. O que nos traz a tribuna no dia de hoje, ao mesmo tempo em que nós lamentamos também de certa forma, vemos o amadu-

recimento da democracia na América Latina. Lamentamos porque a morte do ditador Augusto Pinochet ontem, faz com que fique em aberto um dos maiores julgamentos que talvez a história e, particularmente a história da América Latina devesse ter feito.

Pinochet que nasceu em 25 de novembro de 1915 em Valparaíso, teve uma trajetória dentro do Exército que fez com que fosse nomeado o Presidente Salvador Allende como Chefe das Forças Armadas. Gozando desta confiança, desferiu um golpe militar no Chile, dia 11 de setembro de 1973, quando tinha 57 anos e por dezessete anos conduziu o país num regime ditatorial de terror. Regime ditatorial que afogou o Chile e, junto com outros países da América Latina deixou tristes memórias. De três a dez mil mortos e desaparecidos. Cerca de trinta mil pessoas presas e torturadas, isso, num país com onze milhões de habitantes. O mesmo Pinochet que comandou o bombardeio do Palácio La Moneda, que teve como consequência a morte do Presidente Salvador Allende, foi o responsável pela prisão no estado nacional e pela instalação de um terror que além do Chile, contava com todos os países do continente, inclusive com o Brasil e com a triste passagem da nossa diplomacia que muitas vezes, acolhia os golpistas na própria Embaixada Brasileira, em Santiago. Os mesmos chilenos que na sequência viram o seu país abraçar o neo-liberalismo de uma forma não apenas total, mas de uma forma a destruir cerca de um terço de todas as fábricas do sistema produtivo instalado no Chile. Liberalismo que levou ao fim da Previdência chilena e que deixou milhões de pessoas sem nenhuma perspectiva. Liberalismo, marcado pela Escola de Chicago e que muitos ainda no Brasil, acham que é referência, quando falam em reforma de Previdência, quando falam em reformas para retirar o direito dos trabalhadores.

É preciso que se diga que, apesar de tudo, apesar de ter sido condenado, apesar de estar em julgamento, apesar de ter sido preso, Pinochet morreu sem ter sido levado a julgamento público. Pinochet morreu, mas 55% por chilenos rejeitaram qualquer tipo de homenagem oficial. Rejeitaram que houvesse luto nacional. Cinquenta e cinco por cento dos chilenos entenderam que essa morte é uma morte não para ser esquecida, mas para ser lembrada como uma época trágica na nossa história. da nossa história porque nós, no Brasil também tivemos reflexos da ditadura chilena. A Anistia Internacional, em nota divulgada ontem, lamenta o fato de Pinochet não ter sido mantido preso e julgado. O Governo brasileiro, em nota oficial, reforça aquilo que nós brasileiros sabemos, que Pinochet foi, durante o seu período de Governo, um Governo obscurantista, um Governo que perseguiu, torturou e matou. Muitos daqueles que foram perseguidos, hoje não têm o que comemorar, mas certamente, têm o que lembrar. Os que morreram por conta do regime chileno têm, nos seus descendentes, uma lembrança daquilo que nunca mais nós queremos ver no nosso país.

Seratiuk que está aqui também, esteve no Chile nesse período. Foi preso e hoje pode, melhor do que nin-

guém, dizer como muitos, o que significou a ditadura chilena.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, eu uso esses cinco minutos porque acredito que nós, que em 1973 vimos o que aconteceu no Chile, temos que não deixar que essa lembrança se apague, temos que manter viva a lembrança daquilo que foi um dos períodos mais trágicos da nossa história, para que nunca mais se repita, para que nunca mais nós tenhamos o terror, a ditadura, a corrupção e o roubo como sendo os principais caminhos de qualquer país e, principalmente, o roubo, a ditadura, o seqüestro das liberdades como foi no Chile, no Brasil, na Argentina, no Uruguai e tantos outros países da nossa América.

Por isso, Sr. Presidente, eu peço, que sejam transcritos, nos Anais da Assembléia Legislativa, a matéria que saiu hoje, no jornal Gazeta do Povo. Para todos aqueles que quiserem pesquisar, possam ter uma referência desse tempo sombrio que felizmente, pelo menos na morte de Augusto Pinochet Ugarte, acabou.

ATÉ A MORTE, UMA FONTE DE TURBULÊNCIA POLÍTICA

São Paulo - Só no fim de sua vida, em meio a protestos de enriquecimento ilícito e abalado por uma série de doenças degenerativas, Augusto Pinochet Ugarte perdeu a capacidade de levar turbulência à política chilena. Há poucos anos, era pivô de rusgas e ameaças - explícitas ou veladas - entre integrantes da coalizão de governo e comandantes das Forças Armadas chilenas. Os primeiros o viam como um déspota sanguinário, cuja crueldade era comparável à dos mais sórdidos carrascos nazistas. Os últimos, no entanto, consideravam-no um herói nacional, que evitou a conversão do Chile numa ditadura marxista-leninista arquitetada pela ex-União Soviética e orquestrada por Cuba de Fidel Castro.

Essa dicotomia divide os chilenos desde 11 de setembro de 1973, quando o ex-aluno medíocre da Escola Militar (leia histórico nesta página) saiu de seu relativo anonimato para liberar um sangrento golpe militar contra o então presidente constitucional, o socialista Salvador Allende, que acabaria de suicidando em seu gabinete enquanto a sede do governo, o Palácio de la Moneda, era bombardeada pelos militares golpistas. Sob a bota de Pinochet, os esquerdistas chilenos viveram por 17 anos (1973-1990) sob um aparato de repressão implacável. Nos dias que se seguiram ao golpe, o Estádio Nacional de Santiago transformou-se em campo de concentração.

Pinochet tinha 57 anos quando depôs Allende e deixou-se fotografar de óculos escuros, em pose triunfante e ao lado de outros oficiais golpistas, no instantâneo histórico e revelador da arrogância que marcaria seu reinado de terror total, encerrado em 1990, ano em que entregou o poder depois de ser derrotado num plebiscito no qual os chilenos votaram pelo fim do regime militar.

“Neste país não se mexe uma palha sem que eu saiba”, costumava dizer Pinochet. Nada indicava que o pouco brilhante ex-cadete fosse capaz de concentrar tanto poder de uma hora para outra. Allende o considerava um legalista - imagem que o próprio Pinochet reforçava com suas manifestações públicas de lealdade ao Presidente que deporia mais tarde. Tão eloqüentes eram essas declarações que o presidente acabou por nomeá-lo comandante das Forças Armadas. Pelo erro de avaliação, Allende pagou com o cargo e com a vida.

Pinochet, porém, foi o último dos chefes militares a aderir aos planos golpistas. Segundo fontes militares da época, só dois dias antes do ataque a La Moneda ele cedeu às pressões dos comandantes da Marinha, almirante José Toribio Merino, e da Força Aérea, brigadeiro Gustavo Leigh, para que tomasse parte da conspiração contra Allende. Não demorou, no entanto, para transformar-se num ditador personalista apoiado na férrea disciplina prussiana do Exército chileno.

No ano seguinte ao do golpe, proibiu seus colegas de junta militar de usar o camarote presidencial do Teatro Municipal de Santiago e a residência presidencial de Viña Del Mar. Pouco depois, livrava-se da junta e assumia, com plenos poderes a presidência da república. O regime fechava-se ainda mais, causando preocupação até em um dos principais sócios no planejamento do golpe contra Allende: a Agência Central de Inteligência (Com Documentos revelados pelo Departamento de Estado dos EUA atestam seu envolvimento com a ditadura chilena a preocupação americana transformou-se em irritação em 1976, quando agentes a serviço da Direção de Polícia Nacional (Dina, a temido polícia política do regime pinochetista) realizaram uma operação que nem os mais destemidos terroristas anti-EUA da época tiveram a coragem de levar adiante: desfechar um atentado à bomba no coração de Washington. Morreram no ataque o chanceler do governo de Allende, - ferrenho adversário da ditadura de Pinochet -, a secretária dele, a cidadã americana Ronnie Moffitt.

No ano anterior, outra operação da Dina matara, em Buenos Aires, o antecessor de Pinochet no comando do Exército, o general Carlos Prats, e a mulher dele, Sofia. O terror tipo exportação estava ativo como nunca enquanto os órgãos de repressão não paravam de caçar, torturar e assassinar inimigos do regime no território chileno.

No âmbito da América do Sul, Pinochet foi um dos líderes da chamada Operação Condor, que tinha como meta breicar o avanço das esquerdas e a manutenção dos governos militares no Chile, Brasil, Argentina e Paraguai.

FUNERAL

55% dos chilenos rejeitam a homenagem oficial

Santiago - A maioria dos chilenos rejeita que se rendam honras de Estado ao ex-ditador chileno Augusto Pinochet quando ele morrer, segundo uma pesquisa divulgada ontem pelo jornal La Tercera.

Enquanto 55% dos chilenos rejeitam uma homenagem oficial, 27% dos consultados são a favor de honras de Estado para o ex-Presidente.

O agravamento do estado de saúde de Pinochet reacendeu no Chile a discussão sobre o tipo de cerimônia que deveria marcar seu funeral. Segundo o estudo do jornal, 51% aprovam a idéia de que Pinochet receba honras como ex-comandante do Exército, cargo que ocupou durante 25 anos (1973-1998), frente a 32% que são contrários a esta possibilidade.

Por outro lado, 72% dos entrevistados rejeitam que se declare luto oficial de três dias após sua morte, frente a 18% que se manifestam a favor.

Quarenta e cinco por cento dos chilenos assinalam que a presidente Michelle Bachelet, que foi detida junto a sua mãe durante a ditadura, enquanto seu pai, um oficial da Força Aérea, morreu torturado pelos militares, deveria assistir aos funerais do general.

A consulta foi realizada por telefone entre os últimos dias 6 e 7 com 400 adultos das principais cidades chilenas.

Nos últimos meses, o Exército assinalou que quando Pinochet morrer, será aplicado um procedimento utilizado para ex-comandantes, enquanto a família do ex-ditador disse que prefere um funeral privado. Desde a hospitalização do general circulou a versão de que Pinochet pediu para ser cremado.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)

Na seqüência ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado José Domingos Scarpellini.

Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente e Srs. Deputados, hoje para muitos, para aqueles que viveram nos calabouços, nas perseguições, nas torturas físicas e psicológicas, pode até ser um dia de festa. Mas, para o mundo deve ser um dia de meditação.

Ontem, foi o Dia da Comemoração dos Direitos Humanos. A ONU instituiu esse dia para que os povos pudessem através dos tempos discutir e fomentar, sempre que possível, a discussão sobre o respeito às minorias, às etnias, sobre a marginalização, pelas religiões, pelas raças, as perseguições pelas raças, pelos povos, e isso foi realmente, ontem comemorado. Mais do que isso, foi comemorado o fim de Augusto Pinochet. O general que infernizou e infelicitou uma grande parte do povo chileno e do povo latino-americano.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)

Deputado Scarpellini, por gentileza, eu quero pedir a V. Exa. licença para anunciar a presença nesta Casa, do Vice-Governador Orlando Pessuti, a quem convidamos para compor a Mesa dos trabalhos.

V. Exa. continua com a palavra.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

A presença do nosso Vice-Governador é uma homenagem ao Poder Legislativo, quando ele aqui vem. Nós todos nos sentimos homenageados com a desenvoltura desse homem que democraticamente ocupa o cargo de Vice-Governador e ocasionalmente também democratiza o Poder do Paraná, sendo Governador do Estado.

É uma honra para nós a visita desse californiano, da Califórnia dos paranaenses, da antiga Apucarana, filho de Natal Pessuti, o grande PDB do Vale do Ivaí.

Mas, hoje, não poderia deixar de falar daqueles brasileiros que estavam no exílio, no Chile. Nós tivemos dezenas de ilustres brasileiros, Fernando Henrique Cardoso que foi Presidente do Brasil, José Serra, que foi Governador de São Paulo. Tivemos alguns amigos aqui em Curitiba: José Carlos Mendes; ali está sentado Vitorio Soratiuk que foi uma das vítimas da ditadura do Allende, da ditadura do Pinochet que derrubou Allende. É bom falar aqui de traição. O General Augusto Pinochet tinha sido nomeado Comandante e Chefe das Forças Armadas do Chile. Homem de confiança do Presidente Salvador Allende. E eis que de repente ele se vê Comandante das Forças Armadas e dá um golpe de Estado e derruba o Presidente que lhe havia feito a nomeação do cargo maior da República Chilena.

Além do golpe e da chacina cometida, não satisfeito fuzilaram o Presidente eleito do Chile Salvador Allende. Isto é coisa de facínora e foi realmente o que aconteceu no banho de sangue. Mais de vinte mil pessoas foram levadas para o Estádio Nacional. Aquele mesmo Estádio Nacional que nós vimos o Brasil em 62 ser bicampeão do mundo. Lá naquele Estádio Nacional aonde nós vimos uma partida que o Garrincha fez a alegria do povo, lá nós vimos o fuzil e a baioneta fazendo a tristeza da juventude latino-americana que tinha ido buscar asilo no Chile, porque nós tínhamos as ditaduras espalhadas pelo Peru, Bolívia, Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai de Augusto Pinochet.

Passa a usar o Horário da Liderança do Bloco PP/PSB

Senhores, ontem nós vimos que você pode driblar a todos. O Pinochet driblou a Justiça da Inglaterra se dizendo um homem já com a sua saúde decadente, morrendo, os juízes da Inglaterra o liberam porque ele estava muito mal, não podia andar, não podia caminhar. Liberaram-no lá há alguns anos atrás para que ele viesse para o Chile para cumprir a sua última vontade que era morrer no Chile.

E ele em uma cadeira de rodas entrou no avião e voou para a Inglaterra e da Inglaterra para Santiago do Chile. E quando desembarcou em Santiago ele estava traindo a Justiça na Inglaterra novamente. Assim como traiu Allende estava traindo a Justiça da Inglaterra, ele desem-

barca, encosta a cadeira ao lado e sai caminhando como se nada tivesse.

O Sr. Barbosa Neto (PDT)

Fiz o aparte a V. Exa. para cumprimentá-lo por tocar nesse tema extremamente relevante para a democracia da América Latina. O próprio Tadeu Veneri já havia se manifestado nesse sentido e a morte de Augusto Pinochet representa sem dúvida nenhuma, um alento muito grande para todos nós. E que esse exemplo negativo não volte a se repetir.

Eu que tive a oportunidade de estar no Estádio Nacional de Santiago que foi transformado num palco de tortura e de verdadeira prisão a céu aberto, aquela é uma triste passagem que a nossa memória não deve esquecer pelo exemplo negativo e isto não venha a se repetir, mas que possamos varrer da vida humana aspectos tão degradantes como estes, perpetrados pelo grande ditador chileno, que hoje não está mais entre nós e com certeza lá embaixo vai ter que se haver com quem comanda lá embaixo.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Agradeço o aparte do Deputado Barbosa Neto.

O que nós vimos então? Que lá no Chile não vão hastear a bandeira a meio-pau. Que nos Estados Unidos o Governo Bush, esse mesmo Bush que invadiu agora o Iraque, o Afeganistão, que queria invadir a Venezuela, também fez uma nota dizendo que a ditadura Pinochet custou muito caro para o povo do Chile e para o povo latino-americano. Mas, aí vem o que nós gostaríamos de deixar registrado neste dia.

O Sr. Augusto Pinochet, generalíssimo, como dizem os chilenos, investido do cargo de comandante e chefe das forças armadas, foi procurado pela CIA, que é o órgão de inteligência dos Estados Unidos da América do Norte, onde o W. Bush é o Presidente, e este mesmo Estados Unidos da América do Norte foi quem pôs na cabeça do Pinochet que devia fazer o golpe, que deveria derrubar o Allende. E a CIA deu toda a proteção e deu todo o apoio logístico para que o sanguinário Pinochet pudesse fazer o golpe.

Então, na verdade, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quando hoje os Estados Unidos da América, através do seu Presidente, o George W. Bush, lamenta que ele tenha sido Presidente do Chile. E nós temos que lamentar, aqui, que os Estados Unidos tenham feito o golpe, dado todo o apoio para que o Pinochet fosse ao poder. Não só lá, como quando se derrubou o João Goulart aqui no Brasil, o apoio veio de fora. O apoio foi externo, e veio dos interesses dos Estados Unidos da América.

Nós vimos que o Pinochet morreu e vimos o governo americano lamentar que ele fez muitas vítimas. Quantas mil vítimas está fazendo o governo americano no Iraque, já fez no Afeganistão e vai continuar fazendo,

para resolver seu problema de petróleo e seu problema de hegemonia, como maior nação do mundo.

No Iraque, cujo Presidente Saddam Hussein não tinha nenhuma vinculação com a Al Qaeda, com Osama Bin Laden, o Presidente americano disse que ele tinha armas de destruição em massa e que estas armas colocavam o globo em perigo. E assim sendo, estas armas precisavam ser destruídas. Mas, na verdade a arma que o Saddam Hussein tinha e que na verdade ainda tem é o petróleo. E esta arma que o americano está correndo atrás, para que as companhias de petróleo, vinculadas ao Presidente W. Bush e ao vice, o Dick Cheney, possa realmente continuar obtendo os milhares e milhares e bilhões de lucros com a exploração do petróleo.

Sabemos que as guerras sempre foram fabricadas, para resolver o problema econômico ou financeiro de algum setor ou de alguns países.

Aqui, na América, vimos uma guerra feita pela Tríplice Aliança, que bancada e paga a serviço da rainha da Inglaterra e da Casa de Rothschild, fizeram a guerra do Paraguai, a Tríplice Aliança formada pelo Brasil, Uruguai e Argentina, pelo interesse do Reino da Inglaterra, foram destruir o vizinho país paraguaio, que era comandado por Solano Lopez, que tinha já naquela época a metalurgia avançada - pagou e financiou três países para destruir os homens livres do General Solano Lopez, que tinha feito do Paraguai um exemplo, já se construía locomotivas, trilhos e se fabricavam lá todas as coisas derivadas da metalurgia e do aço. Este homem e este País não podiam sobreviver, precisavam ser destruídos, porque poderiam ser uma ameaça futura à Inglaterra que queria ter a hegemonia do mundo.

No entanto, Sr. Presidente, vimos que o Presidente dos Estados Unidos e os Estados Unidos da América se manifestam, hoje, dizendo que lamentavelmente Pinochet fez um grande massacre financiado, pago e orquestrado pelo governo americano - assim como está os Estados Unidos, hoje, através dos seus próprios soldados no Iraque, para dizimar o povo e a soberania do Estado iraquiano.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é dia dos direitos humanos. Eu gostaria de saber onde andam os direitos humanos. Por que o Papa não visita a África? Por que o Papa não vai visitar os países africanos, que estão na miséria e na pobreza, morrendo de fome, com AIDS? Ou será que o Papa-Móvel só visita países do Primeiro Mundo? Fica também a nossa pergunta a sua toda poderosa figura, que mora na Santa Sé, para que possa esclarecer ao povo e aos seus cristãos que estão espalhados pelo mundo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra à Deputada Elza Correia.

Deputada Elza Correia (PMDB)

A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, nobres Deputadas e nobres Deputados, imprensa e assessores, eu ouvi atentamente os discursos, pronunciamentos, de meus colegas, logicamente, que me somo à indignação em relação à barbárie cometida pelo Pinochet - triste memória.

Lamento dizer que aqui no Brasil temos também péssimos exemplos: negativos, lastimáveis e vergonhosos de personagens políticos, que ainda agora no terceiro milênio, no século XXI, momento que mais se clama pela moralidade, democracia, justiça e inclusão, ainda percebamos e se envergonhe, em alguns momentos, de algumas pessoas que estão na esfera política.

Parece até retórica, palavras ao vento, falarmos em ética, em moralidade, falar em probidade, lisura e compromisso com a verdade com tantos políticos corruptos ainda no Brasil posando de boa gente, posando de bons moços. Logicamente não queremos aqui generalizar, porque existem as honrosas exceções!

Entretanto, fico ouvindo aqui criticarmos maus políticos, maus exemplos da nossa América Latina, a América do Sul, ditadores e existem várias formas de ditadura e uma delas é o desvio de dinheiro público, é a falta de probidade, é a corrupção, essa é a ditadura que priva essencialmente e especialmente as pessoas mais pobres de exercerem o seu direito à cidadania e aos direitos humanos. Ou estou errada?

Existem várias formas de lesar, existem várias formas de violentar e de agredir. Hoje é Dia dos Direitos Humanos, conforme falou nosso colega Scarpellini, portanto tem relação o que estamos comentando aqui hoje é discutido, que já foi fala de muitos companheiros hoje neste Plenário. Mas, queria dizer que a banalização do ato de fazer política de alguns homens e mulheres deste País me deixam enojada. A desmoralização do Congresso Nacional é preocupante, a desmoralização das Comissões de Ética criadas por Deputados para cassar e punir Deputados e Deputadas que desmoralizam a classe política são absolutamente desmoralizadas todos os dias. É uma vergonha, companheiro Rafael Greca! Uma Comissão de Ética que propõe a cassação de dezenove políticos envolvidos com sanguessugas, envolvidos com mensalão, envolvidos com desvio de dinheiro e não acontece absolutamente nada, a não ser três cassações. Dos dezenove, onze se liberaram ou pelo voto ou pela renúncia. E queria saber, se o voto fosse aberto, se o placar seria esse. Por isso, viva o voto aberto, porque pelo menos sabemos quem é quem no ato de fazer política neste País!

Fico muito impressionada e tenho uma reflexão em cima dessa questão. Parece que para alguns é tão natural, é tão comum, faz parte da ordem do dia e ninguém mais se ofende! Ficaria horas discursando, mas talvez fazendo discurso para poucos ou para mim mesma em relação a essa questão! Mas, quero dizer que a última punhalada no coração da democracia, no coração da ética e da lisura

neste País foi a absolvição do Deputado José Janene, que foi indiciado por haver recebido quatro milhões e meio do Valerioduto, esquema de corrupção que me faz impossível de me silenciar neste momento. Muitos outros foram, é certo, liberados, mas esse último, faltando apenas quarenta votos, livrou-se também da cassação e quem sabe vai receber ainda uma poupança ou algo que nem posso chamar de aposentadoria por invalidez, por problemas de coração. Problemas de coração têm, todos aqueles pobres e miseráveis brasileiros que foram atingidos pela ausência desse dinheiro no investimento dos programas sociais e nas políticas públicas do País.

Então, esse tema é delicado, polêmico. Mas, não é possível que falando hoje sobre exemplos negativos, sobre triste memória, sobre problemas e atos que nos envergonham a todos no Brasil, não falássemos uma palavra em relação ao que estamos sofrendo hoje no Brasil. Não dá para fingir que isso não está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)

Próximo orador, no Pequeno Expediente, é o Deputado Pastor Edson Praczyk.

Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB)

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Ocupo novamente esta tribuna para falar sobre uma matéria que está no site oficial do Governo, deixando bem claro que não detenho a procuração para defender o jornalista em questão que estarei explanando. Mas achei muito curiosa ou curiosas as afirmações do Procurador-Geral do Estado que rebate o citado colunista da Gazeta do Povo, o Sr. Celso Nascimento, que eu particularmente não o conheço pessoalmente, apesar de admirá-lo nas suas exposições em sua coluna. Discorrendo a resposta do Procurador-Geral do Estado, ele usa uns termos um tanto engraçados, afirma o Procurador-Geral do Estado: “Determinado colunista acusa falsamente as pessoas”. Ele faz uma crítica dizendo que a imprensa não pode conviver com as acusações cínicas e infundadas do colunista. Afirmações essas que acabam denegrindo a honra de pessoas, E aí ele faz a recomendação dizendo: deve-se ter cautela sobre o que se fala.

Aí que está a ironia da coisa, porque esses conselhos, essas recomendações, muito inteligentes por sinal, deveriam, de pronto, primeiro, ser ensinadas ao Chefe dele que, diga-se de passagem, tem exatamente o hábito dessa prática: acusar falsamente as pessoas, fazer acusações cínicas e infundadas, denegrir a honra das pessoas. E ele finaliza dizendo assim: não há alguma pendência quanto à prestação de informações, citadas e explanadas, pelo Jornalista Celso Nascimento. E eu afirmo que há, sim. Há uma série de informações que até agora não chegaram a este Parlamentar que vos fala e desacredito que cheguem antes do encerramento desta legislatura.

E para ficar bem claro, como tanto é verdade, como têm sido faltosas as informações ou a prestação de informações da parte do citado Procurador-Geral do Estado, volto a relatar o cronograma de tudo o que este Parlamentar fez no afã de conseguir essas informações. No dia 30 de novembro de 2005, portanto, há um ano, fiz um requerimento pedindo informação para a Secretaria de Estado e Meio Ambiente/Recursos Hídricos, composto por sete questões. No dia 17 de fevereiro de 2006, portanto, 49 dias excedentes ao prazo legal que são apenas trinta dias, isso conforme o artigo 55 da Constituição Estadual, foi nos dada a resposta faltando quatro itens. Os quatro itens são os seguintes: faltou o cronograma para implantação e obras a serem realizados pelo Instituto Ambiental do Paraná, responsável pela fiscalização efetiva do parque. O custo de implantação e relação a adequação da área do parque e os custos para instalação de equipamentos esportivos, recreativos e de lazer. Perguntei também quem estaria utilizando a área. E pedi a cópia do inventário florestal. Bom, passou todo o tempo.

A justificativa é de que como o meu questionamento era muito complexo, precisaria de mais tempo. Bom, no dia 4 de setembro de 2006, fiz um segundo pedido de informações, reformulei as questões pendentes. E um ofício da Casa Civil enviado com as respostas aos pedidos de informações no dia 22 de novembro, 48 dias excedentes ao prazo legal. O que virou moda, expirava-se o prazo legal e depois vinha a informação capenga, faltando uma infinidade de informações. E as informações que faltaram nesse segundo Requerimento são as seguintes: cópia do inventário florestal, que até agora não veio através da Procuradoria Geral do Estado; xerox do processo de desapropriação da área, bem como os critérios do valor sugerido pela avaliação da Procuradoria Geral do Estado em relação ao pagamento da desapropriação.

Portanto, Deputado Neivo Beraldin, V. Exa. que é um dos defensores da ecologia, do meio ambiente, e deste Poder Legislativo, registro que de fato as informações não chegaram e as que chegaram, chegaram incompletas. Reforçando o nosso pedido para que se abrisse uma ação de responsabilidade está mais do que de pé, porque só desta forma irão respeitar este Poder que tem como prerrogativa pedir as informações que assim bem entender.

Muito obrigado.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**)

No Grande Expediente não há oradores inscritos.

Horário da Liderança do PFL, concedo a palavra ao Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT) (**Pela Ordem**)

Gostaria de anunciar a presença do Vice-Prefeito de Borrazópolis, o Didi, a diretora e a professora Sônia e

Irani do Colégio Estadual José de Anchieta do Município de Borrazópolis, bem como quase uma dezena de alunos que, aqui estão. Sejam muito bem vindos. Acompanhem a Sessão para conhecer melhor o processo legislativo e venham sempre, quem sabe algum dia como Deputado.

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**)

Esta Presidência associa-se com os votos de boas vindas a todos os visitantes.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Plauto Guimarães.

Liderança do PFL: Deputado Plauto Miró Guimarães

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. No dia de hoje, na Ordem do Dia, tem um projeto de lei de nossa autoria, que concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Sr. Francisco Terasawa.

(**Lê**):

“Francisco Terasawa, nasceu em 19 de setembro de 1939 no município de Ponta Grossa. Graduado em Agronomia pela Universidade Federal do Paraná, atualmente ele é conhecido como o homem que ajudou a escrever a história da sojicultura brasileira e semeou tecnologia nas Américas do Sul e Central.

Proprietário de uma das poucas empresas brasileiras particulares de pesquisa e desenvolvimento genético de sementes, a FT-Pesquisa e Sementes, Francisco Terasawa, suas pesquisas sempre se orientaram no desenvolvimento de variedades de soja que fossem aliar bons índices de produtividade com resistência às pragas. A primeira das 102 cultivares de soja, foi a FT-Cristalina, ao qual, possuía seu material genético adaptado às condições do cerrado, viabilizando economicamente a agricultura no Centro-Oeste. Desenvolveu também, dez cultivares de feijão.

Através de parcerias com cooperativas e empresas de sementes, ele construiu uma infra-estrutura que permitiu o direcionamento regional dos trabalhos de melhoramento genético, bem como a possibilidade de formação e manutenção de uma equipe especializada na área. Como exemplo dessa regionalização, foi a criação de cultivar de soja FT Guaíra, para atender demandas específicas do Paraná e de São Paulo, e o desenvolvimento de variedades FT Saray, especialmente criada para o Rio Grande do Sul.

Apesar de sua estrutura modesta, a FT - Pesquisa e Sementes atingiu seu êxito internacional devido ao fato de suas cultivares de soja, terem sido amplamente difundidas em países da América Central, América do Sul e África, como é o caso do México, Guatemala, Nicarágua, Paraguai, Argentina, Bolívia, Colômbia, Venezuela, Moçambique e Angola.

O reconhecimento da atuação de Francisco Terasawa, pode ser conferido diante o recebimento de diver-

sos certificados, indicações para premiações e textos da imprensa. De engenheiro agrônomo, tímido, passou a ser um dos mais requisitados e respeitados interlocutores na área agrícola.

A simples criação da FT - Cristalina, que possibilitou o desenvolvimento da agricultura no cerrado, é um marco no Brasil e no mundo. Tudo que aconteceu posteriormente ao progresso da região Centro-Oeste, é consequência da persistência e idealismo de um grande homem: Francisco Terasawa.”

Era isso, Sr. Presidente. Esse é o currículo desse homem que tanto ajudou a agricultura do Brasil, pessoa que mora ali na cidade de Ponta Grossa, uma das mais humildes que eu conheço e, através do seu estudo, da sua pesquisa, dos seus integrantes da sua equipe, proporcionou o desenvolvimento do cerrado brasileiro. Hoje, tudo o que vemos no Mato Grosso, no Tocantins, no Piauí, no Maranhão, na Bahia, é resultado de atividade agrícola, do plantio de soja que teve neste homem, a condição de tornar viável economicamente, toda essa região do cerrado brasileiro.

Obrigado Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao Deputado Ângelo Vanhoni.

Liderança do PT: Deputado Ângelo Vanhoni

O SR. ÂNGELO VANHONI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados. Eu venho hoje à tribuna para falar do caso da CPI dos Grampos. Esse é um tema que já envolveu a Assembleia Legislativa e os Poderes do nosso Estado durante muito tempo. Eu fui candidato a Prefeito, por três vezes aqui na cidade de Curitiba e, numa das vezes com comprovação e com depoimentos, toda a minha casa, todas as minhas atividades, o meu comitê foi grampeado, na eleição de 2000, quando enfrentei o Cássio Taniguchi. Nas outras, eu não tenho provas, eu não tenho documentação. Não reunimos indícios, porque também não fiquei preocupado com isso, mas então eu sei que essa atividade que é uma atividade ilegal, ilícita, invade a vida das pessoas, das instituições e se apropria de

informações muitas vezes de caráter privado de cada um de nós. Hoje, nós estamos enfrentando, essa Casa está discutindo, sobre a Presidência do Deputado Antonio Anibelli e relatoria do Deputado Jocelito Canto, o caso dos grampos no qual um policial, o Rasera está preso até agora. Preciso esclarecer por que o Rasera deve vir depor hoje.

Preciso esclarecer que quando iniciou o Governo, do atual Governo do PMDB, o Governador me distinguiu com a Liderança do Governo, aqui na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Eu procurei nesse um ano de trabalho, enfim, usando o meu conhecimento e minha

amizade, o conhecimento dos Deputados fazer com que o Governo tivesse os seus projetos aprovados, aqui na Assembleia. Eu acho que o saldo foi bom, foi um ano que o Governo transformou, enfrentou muitos problemas, a questão da Copel, a Sanepar, a questão do pedágio, os funcionários públicos, a briga com a Polícia Civil, o novo Plano de Cargos para a Polícia Civil. Mesmo diante dos problemas, eu acho que para a Assembleia e para o Governo foi um bom ano. Depois disso não fui reconduzido à Liderança e fiquei o ano de 2003, me preparando, porque em 2004, eu iria assumir a candidatura a Prefeito da nossa cidade.

Preciso dizer que, no ano de 2003, logo no início, eu conheci o policial Rasera, quando a Assembleia discutia os problemas do Banestado. O Banestado teve mil problemas, nós chamamos a Diretoria do Banco do Estado aqui, uma fraude monumental no Banco do Estado, no Banestado Leasing, várias empresas. Eu como ex-funcionário do banco, na época como funcionário, aqui na Assembleia eu fiz um trabalho aguerrido, firme, determinado, para que a Assembleia investigasse. Trouxemos a esta Casa uma série de informações a respeito dos problemas do Banco do Estado.

Na época uma das pessoas que me passou algumas informações de ouvido foi o policial Rasera. Não que me disse: olha, aconteceu, isso, isso e aquilo. Mas me disse: olhe para lá que talvez você veja alguns problemas. Não está nessa empresa, está na corretora, está nisso. Não sei por quais razões.

A outra vez foi na CPI do Narcotráfico, aí já como policial pertencente à Instituição de Segurança Pública do Estado do Paraná, a Assembleia investigando o crime organizado no Estado. Eu tive informações da Polícia Militar, da Polícia Civil, de diversos lugares do Estado do Paraná. Nenhuma delas foi junto com o ex-Deputado Cesar Silvestri, que tive uma conversa, também, não me disse nenhum nome de nenhum traficante, nenhuma coisa, mas na conversa que tivemos com o policial, com a sua experiência, com seu conhecimento de policial, enfim, nos fez um apanhado sobre a situação do crime aqui em Curitiba e na Região Metropolitana. Passado isso quero dizer que no início do Governo do Requião, eu fiz uma solicitação, não me lembro se foi por escrito ou se foi de viva-voz, levei ao conhecimento do Governo do Estado, em especial à Casa Civil, para que o policial Rasera pudesse ser colocado à disposição. Eu, na Liderança da Assembleia Legislativa, requisitei um único policial para ficar fazendo parte da minha equipe, pois eu achava que eu ainda precisava de segurança, que foi um policial militar, Capitão da Polícia Militar, que o governo disponibilizou, trouxe para a Casa Militar e deixou de certa maneira acompanhando, aqui o meu trabalho na Liderança do Governo.

Então quando eu saía à noite, eu fazia as coisas, eu tinha uma certa segurança. Por quê? Porque ainda havia alguns resquícios de problema da época da crise da Secretaria de Segurança, da Polícia Civil e o Governo

estava mexendo, junto com o delegado Adalto, junto com outros delegados, Corregedoria, estava mexendo na estrutura da Polícia Civil e como a CPI do Crime Organizado acabou identificando problemas na Polícia Civil, eu tinha razões de me sentir, razoavelmente, vamos dizer assim, um pouco de insegurança e, requeri um policial que era da minha confiança, que tinha feito a minha segurança durante o período do Crime Organizado. Não foi nenhuma razão além desta. Pois bem, isso não é nenhuma novidade, talvez não seja nenhum fato grave, mas o Deputado André Vargas estava aqui presente e não está aqui agora. Mas a notícia que tenho é que uma pessoa importante do Governo do Estado estaria comentando que o responsável e quem determinou a contratação do Sr. Raseria é o Sr. Ângelo Vanhoni, fizesse o monitoramento através de grampos telefônicos do PT no Estado do Paraná.

Quero dizer que tenho apreço pelo policial Raseria, não sei das suas atividades ilegais. Nesses dois pontos de vista que estava tratando institucionalmente na questão do Banco do Estado e do crime organizado ele prestou informações. Tenho a presença de um ex-Deputado Estadual e Federal que é o Cesar Silvestri que me levou e apresentou ao policial Raseria para tratar desse assunto. Quero dizer que não tenho motivo nenhum para contratar o policial Raseria, ou seja lá quem for para investigar por uma fita qualquer a respeito de ninguém no Estado do Paraná, nem de empresário, nem do Tribunal, nem de Deputado, nem do Governador, nem de Secretário, muito menos do PT. Não tenho razões para isso, não faz parte da minha tradição, não faz parte da minha vida, não faz parte da minha preocupação, dos meus princípios de como entendo que deva ser a política. Se a gente puder fazer com que a política saia da força e vá para a ideia, vá para o convencimento, vá para o processo civilizatório nesse limiar que me encaixo. Reclamo a testemunha dos Deputados que me acompanham há doze anos, e daqueles que acompanham a minha vida pública antes desses doze anos como Deputado Estadual, como Vereador que fui na cidade de Curitiba, como membro do Sindicato dos Bancários, enfim, pelas atividades públicas que exerci. Esse é o meu jeito de ser. Não teria nenhuma razão para estar envolvido em qualquer atividade ilegal dessa natureza.

Acho um comentário maldoso, não consigo entender a razão. Gostaria que o Deputado André Vargas voltasse ao plenário. Sei que ele está na Casa, porque a informação que me chegou e não acredito é que o Deputado André Vargas que estaria fazendo esses comentários no sábado, na hora do almoço. Não acredito. O Deputado André Vargas não tem nenhuma razão para fazer esses comentários. É preciso que esse tipo de brincadeira maldosa acabe. Sou uma pessoa que defendo o Governo de Roberto Requião, Srs. Deputados, mesmo aqueles que não gostam de mim são testemunhas disso. Paguei um preço muito caro na minha vida pessoal sobre o episódio do nepotismo, porque estavam envolvidos irmãos do Governador. Saí do plenário para que aquela emenda não

fosse aprovada, não por qualquer pressão, por qualquer desaforo, seja lá o que for, mas porque não acho que essa luta tivesse alguma coisa de princípio, no entanto aconteceu o que aconteceu.

Quero dizer que não dá para agüentar o desrespeito com pessoas que defendem a política do ponto de vista dos seus princípios aqui no Estado do Paraná.

Quero dizer que daqui para frente, as coisas, não vou deixar mais passar. As pessoas confundem. Às pessoas confundem prudência, calma, paciência, com falta de coragem. Às vezes as pessoas confundem prudência, calma, convivência, civilização, com covardia. Tem gente que faz essa confusão muito fácil.

Quero dizer que tenho a minha vida toda devotada para a construção do que é melhor para o nosso povo. Não vou abrir mão disso e não serão comentários desairosos, caluniosos que vão me fazer continuar a lutar por um Brasil, por uma Curitiba e um Paraná melhor.

O Sr. Geraldo Cartário (PMDB)

V. Exa. ao falar do Sr. Raseria, eu queria também não ficar omissa a respeito da minha amizade com o policial Raseria. Um policial que sempre, já no tempo em que era Prefeito e que eu precisava ter uma segurança melhor, ele era uma das pessoas que buscava policiais dignos, honrados, e os encaminhava para meu município, Mandrituba, Fazenda Rio Grande.

Quero dizer que o policial Raseria nunca nos solicitou qualquer importância. É uma das pessoas que considero de maior padrão dentro da Polícia, porque nunca solicitou algo, a não ser dentro da sua profissão.

Com respeito ao mérito que está sendo divulgado pela imprensa, porque não nos cabe analisar porque nunca solicitei qualquer grampo ou se realmente ele participou ou não, não tenho nada a acrescentar a não ser a admiração que eu tenho, pelos vinte e cinco, trinta anos que é meu amigo, que eu tenho pelo policial Raseria.

E tenho certeza que V. Exa., ao fazer a indicação, não fez mais que um Parlamentar, dentro de suas atribuições.

Muito obrigado.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Não fiz por mal. Fiz por bem. Quem conhece o policial Raseria sabe que é uma boa pessoa. Se tem uma atividade profissional, extra segurança pública, e que é ilegal, que o Ministério Público, a Justiça que apure. Lamento que o policial Raseria esteja preso.

E aqui na Assembléia, corre todo dia uma estória de uma fita a respeito de não sei quem gravada. Olha, tem fita a respeito do Deputado tal, tem fita a respeito do Desembargador tal, tem fita de todo mundo, correndo todo dia. É bom que estas fitas que o Deputado Relator e que o Presidente desta CPI que está investigando, é bom que comecem a colocar as fitas. Podem colocar as minhas que foram gravadas, que deve ter uma porção. Podem começar a colocar a público. Não tem problema nenhum.

Tragam para a CPI, tragam de outros Deputados, tragam de quem quiserem. É bom que acabemos com isto, de uma vez por todas.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Horário destinado à Liderança da Oposição, concedemos a palavra ao Deputado Valdir Rossoni.

Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: estou um pouco surpreso porque há pouco recebi da minha assessoria a informação de que tramita nesta Casa o Projeto de Lei 577/06, de aumento de custas judiciais.

Quero pedir ao autor, Deputado Geraldo Cartário, se possível, que é o autor do projeto...

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Se o senhor está no Horário da Liderança, solicito um aparte, na sequência.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Eu gostaria de pedir ao Deputado Geraldo Cartário que fizesse para nós, já que é o autor deste projeto, uma explanação do que significa este aumento de custas judiciais, porque não temos recebido muitas reclamações sobre essa questão.

Por esta razão, eu imploro ao Deputado Geraldo Cartário que se possível ele possa nos esclarecer, porque as custas judiciais eram de 0075. E ela é tabelada em VRC. Para nós termos uma idéia, ela está indo para 0146, simplesmente mais de 100% o aumento das custas judiciais.

Recebi esta informação neste momento. Sei que estamos nos últimos dias do período legislativo e é melhor que tenhamos estes esclarecimentos para poderemos votar esta matéria, no decorrer desta semana, senão, teremos que obstruir a votação e poderá trazer prejuízos. Nós não estamos aqui para causar prejuízos, mas, também não estamos aqui para aprovar algo que não temos conhecimento.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Obrigado, Deputado Rossoni. Eu só quero me manifestar, dizer que esse é um debate que nós já fizemos há algum tempo atrás, inclusive havia uma sugestão feita pelo Presidente Hermas Brandão, porque o projeto na verdade é do Tribunal de Justiça. A sugestão que nós elaborássemos, junto com o Tribunal de Justiça, a Ordem dos Advogados do Brasil e esta Casa, uma tabela diferenciada de custas judiciais. Porque o que nós temos hoje é uma injustiça absurda, onde para que o senhor possa

fazer o registro de um imóvel de 25 mil reais paga o mesmo tanto, Deputado Rossoni, que um imóvel de 250 mil, ou trezentos mil reais, porque ele bate no teto.

Então, eu acredito que antes de aprovarmos um projeto como este, embora eu saiba que ele é polêmico, é preciso que nós tenhamos o projeto inclusive, se for esse o entendimento do Relator do projeto, de fazermos uma audiência pública, de chamarmos a OAB, de chamarmos a Anoreg, que é a Associação dos Notários Registradores do Estado do Paraná, e fazemos junto com eles, com a Associação dos Magistrados, um debate do que é melhor para os pequenos cartórios, o que é melhor para a OAB e, o que é melhor principalmente para a população do Estado. Porque o que nós vemos hoje é que muita gente deixa de poder usar a justiça porque as custas são tão caras que em determinadas ações é melhor perdê-las do que entrar com ação; porque se entrar com a ação sai mais caro as custas do que a ação propriamente.

Obrigado pelo aparte.

O Sr. Plauto Miró Guimarães (PFL)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Nobre Deputado, eu ouço com atenção e preocupação. E assim como eu vi o senhor usando a máquina para poder fazer as contas, eu cheguei a números só para nós analisarmos. Um aumento de 100% para os cartórios judiciais. O mais interessante que o pedido de um aumento, de um reajuste no valor referência de custas, tem que partir do Poder Judiciário e não da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Então, tem coisas estranhas no ar nesse período de 2002 a 2006, que estão pedindo o reajuste das custas. A inflação foi em torno de 16, 17%, se corrigir a inflação daria nesta Casa, e aqui estão pedindo 100% de reajuste. Tem coisa errada aí nobre Deputado. Vamos analisar, vamos acompanhar, porque o justo é o justo; agora o errado é errado. E aqui está errado porque não é justo.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Eu agradeço o aparte de V. Exa. O Deputado Geraldo Cartário passou aqui e disse que amanhã fará os esclarecimentos devidos desse projeto. Eu agradeço a atenção do Deputado Cartário.

O Sr. Edson Strapasson (PMDB)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Valdir Rossoni, eu queria primeiro cumprimentá-lo por trazer à tribuna uma questão importante. Eu creio também, da mesma forma como se pronunciou o Deputado Tadeu Veneri, assim como é o pensamento da maioria desta Casa no sentido de fazer uma discussão mais apurada para que nós procuremos, acima de tudo, preservar o acesso à justiça, especialmente das pessoas de menor poder aquisitivo, e que de forma geral hoje se encontram com bastante dificuldade, tendo em vista os

custos, elevadas custas judiciais, e que normalmente não reverterem em benefício da agilidade da justiça e sim muitas vezes acaba dificultando o acesso a justiça.

Então, tanto na questão de custas judiciais como na questão de registros públicos eu acho que é importante fazer uma reflexão para que haja o acesso à justiça e a condição daquelas pessoas de menor poder aquisitivo de poder ter, como falou o Deputado Tadeu Veneri, tem pessoas que têm uma propriedade, um lote que não é registrado, proporcionando até uma condução até muitas vezes de um litígio futuro, uma venda de alguém mal intencionado porque ele não teve recursos suficientes para fazer o registro.

Então, eu acho que é muito importante que nós tenhamos aí uma discussão bastante aprofundada para que a gente não cometa erros e dificulte mais uma vez o acesso à justiça daquelas pessoas mais carentes.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Eu agradeço o aparte do Deputado Strapasson, logo após Deputado Caíto. Mas, gostaria de salientar aqui que o que me chamou a atenção é o percentual do aumento. É mais de 100%. Por esta razão acredito que não devo falar mais nada sobre o assunto. Amanhã logo após as explicações do autor que é o Deputado Geraldo Cartário, que no meu entender já há vício de origem, poderemos debater esta questão.

O Sr. Caíto Quintana (PMDB) (Aparte)

Apenas para me fazer presente nesta discussão, também vou aguardar a exposição do Deputado Geraldo Cartário e gostaria imensamente que se travasse essa discussão, porque cada vez que se fala em cartório, tem-se uma impressão de que a importância que se cobra no balcão seja de cartório. Quando na verdade, esta Casa apoiou, apóia e continua apoiando e circula por esta Casa inclusive o aumento de Funrejus, um fundo extra ao orçamento do Judiciário que tem o valor do mesmo tamanho que as custas judiciais. O cartório está ali como uma espécie de testa de ferro. Está ali para cobrar o imposto de transmissão de propriedade; se for um inventário ele vai pagar o *causa mortis* e mais a transmissão que o próprio Estado cobra quando uma pessoa da família morre, para poder transferir a herança. Cobra mais a transferência *inter vivos* e isso tudo gera uma impressão que o cartório coloca dentro do seu caixa, quando não é verdade.

Portanto, é muito importante abrir essa discussão para se saber qual é o valor mínimo e o máximo de custas de cartório. Só lhe adianto que não passa de R\$ 400,00 quando na verdade a pessoa paga R\$ 2.000,00 ou R\$ 3.000,00 no balcão que são impostos, taxas e outras contribuições que acabam sendo pagas no cartório, dando a impressão de uma custa alterada.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Agradeço o aparte do Deputado Caíto, mas só V. Exa. encaminhando neste aparte, começamos a entender

um pouquinho desta situação. E é por esta razão. O que não posso mais é encontrar pessoas dizendo que não têm acesso à Justiça porque não podem pagar as custas.

Por esta razão abrir o debate. Não trazer aqui uma lei com códigos, aí você não consegue entender o que eles querem aprovar. Por esta razão o debate virá esclarecer esta Casa e poderemos discutir.

Obrigado.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre o mesa, Mensagem nº 068/06, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva alterar dispositivos da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996 (Lei do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação e Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS). **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 030/06, de autoria do Sr. Deputado Barbosa Neto, constante do expediente, sugerindo a abolição do termo "RP" (reprovado) dos históricos escolares, dada a repercussão altamente negativa da expressão no *Curriculum Vitae* do aluno, prejudicando-o até mesmo em sua vida profissional. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 157/06, subscrito pelo Sr. Deputado Pedro Ivo Ilkiv, constante do expediente, informando que estará ausente desta Casa, por motivos de saúde. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, constante do expediente, informando que a partir desta data estará reassumindo suas funções normais neste Poder, inclusive com a presença nas Sessões Ordinárias e Extraordinárias, cessando o período de afastamento ocasionado pelas lesões sofridas em acidente automobilístico. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente, justificando sua ausência em Plenário no dia 06 de novembro de 2006, por motivos de saúde. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pela Mesa Executiva constante do expediente, designando o Sr. Deputado Hermes Fonseca, para representar esta Casa de Leis no ingresso

do Brasil no Parlamento do Mercosul. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Barbosa Neto, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três) de autoria do Sr. Deputado André Vargas, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados José Domingos Scarpellini e Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 05 (cinco) de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2751, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, solicitando Sessão Extraordinária, logo após o término da presente Sessão Ordinária com a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Quero fazer um comunicado aos Srs. Parlamentares: estaremos encerrando os trabalhos legislativos na próxima sexta-feira. Tínhamos falado anteriormente que provavelmente encerraríamos nos dias 21 e 22.

Mas, hoje fizemos uma constatação que temos que encerrar no próximo dia 15. Poderemos ter Sessões posteriores, mas seria convocação extraordinária. Não pretendemos fazer Sessão Extraordinária, então vamos encerrar no dia 15, sexta-feira, até a meia noite.

Discussão/ Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 774/05, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, ficando proibida a pesca com uso de arpões nas águas de domínio do territó-

rio paranaense. Em anexo Projeto de Lei nº 255/06. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 774/05 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica proibida a pesca com uso de arpão nas águas doces de domínio do território paranaense.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua publicação, cabendo a ele fixar as penalidades a serem aplicadas em razão do descumprimento desta lei.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 11.12.06.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente

JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 298/06, de autoria do Deputado Rafael Greca, que dispõe sobre a proibição do uso de telefones celulares e outras espécies de comunicações por ondas no interior dos estabelecimentos prisionais do Estado do Paraná e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 298/06 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica proibido o uso de aparelhos de telefonia celular ou outros que utilizem comunicação ou transmissão de dados por meio de propagação de ondas eletromagnéticas, tais como pagers, bip's, aparelhos de radiochamadas e walk-talks no interior dos estabelecimentos prisionais do Estado do Paraná.

§ 1º Esta proibição apenas não se aplica a policiais civis e militares, bem como a servidores estaduais lotados nos respectivos estabelecimentos prisionais.

§ 2º Para os fins desta lei, equiparam-se a estabelecimentos prisionais as delegacias, os manicômios judiciais, os centros de reconhecimento provisório e os destinados à ressocialização de menores.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 11.12.06.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente

JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 515/06, de autoria do Deputado Rafael Greca, que institui o reconhecimento de Utilidade Pública Estadual a Associação Brasileira dos Guias de Turismo - ABGTUR - segundo os critérios que determina, e dá outras providências; sendo sede e foro na cidade de Curitiba. **Aprovado. (Publ. no DA nº 121/06, de 06.11.06, em Projetos de Lei).**

3ª Discussão

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 781/05, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Jonel Chede. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda. **Aprovada. Projeto. Aprovado.**

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 246/06, de autoria do Deputado Rafael Greca, que dispõe sobre a realização do exame de diagnóstico de retinoblastoma em todas as crianças nascidas nos estabelecimentos que especifica, através da técnica conhecida como exame de fundo de olho e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda. **Aprovada. Projeto. Aprovado.**

ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 516/06, de autoria do Deputado Rafael Greca, que institui o reconhecimento de Utilidade Pública Estadual a Associação Assistencial Amélie Boudet - segundo os critérios que determina, e dá outras providências, com sede e foro em Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda. **Aprovada. Projeto. Aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 706/05, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que institui no Calendário Oficial do Estado do Paraná o Dia na Cidade Sem Meu Carro, a ser comemorado no dia 22 de setembro. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 264/06, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que proíbe a venda de rifas por alunos das escolas estaduais. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECECT.

Sobre o referido projeto, Emenda Aditiva de Plenário, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 264/06

Fica incluído no artigo 1º ao Projeto de Lei nº 264/06, de autoria do Deputado Estadual Luiz Carlos Martins, conforme segue:

“Excecuta-se a aplicação dessa lei a Rifas e Bingos organizados pelas Comissões de Formatura e 8ª Série, Ensino Médio, Superior e APMF.”

Sala das Sessões, em 11.12.06.

(a) EDSON STRAPASSON

Apoioamento:

Francisco Bühner, Carlos Simões, Ailton Araújo, Mauro Moraes, Neivo Beraldin e Jocelito Canto.

JUSTIFICATIVA:

A propositiva da presente emenda ao Projeto de Lei nº 264/06, faz-se propícia já que as Comissões de Formatura nas Escolas, Colégios e Instituições de Ensino Superior não possuem recursos para suas formaturas, sendo que a venda de Rifas e Bingos é uma das poucas fontes de arrecadação.

Permanece a proteção conforme as leis vigentes à criança não colocando-as em estado de risco, pois as comissões de formatura são compostas por alunos com idade superior e são acompanhados por professores e membros da APMF (Associação de Pais, Mestres e Familiares).

As APMFs (Associação de Pais, Mestres e Familiares) têm através das vendas de Rifas e Bingos angariar fundos para ajudar a complementar as necessidades das escolas.

O Projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 512/06, de autoria do Deputado Artagnão Júnior, declarando de Utilidade Pública a Associação Mensageiros da Paz, com sede e foro no município de Irati. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 517/06, de autoria do Deputado Rafael Greca, que institui o reconhecimento de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores da Rua Eugênio Link e Adjacências segundo os critérios que determina, com sede e foro em Curitiba, e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 535/06, de autoria da Deputada Elza Correia, declarando de Utilidade

Pública o Resgate Bombeiro Civil (O Resgate), com sede e foro no município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 128/03, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que dispõe sobre a obrigatoriedade da aprovação pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná das operações de compra de créditos sob qualquer título e empréstimos por parte dos órgãos da administração pública estadual direta, indireta, fundacional e sociedades controladas direta ou indiretamente pelo Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. (Publ. no DA nº 008/03, de 18/03/03, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 128/03

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei tem por fim impor às operações que envolvam compra de créditos sob qualquer título e empréstimos realizados pelos órgãos da administração pública estadual direta, indireta, fundacional e sociedades controladas direta ou indiretamente pelo Estado do Paraná a necessidade de aprovação pela Assembléia Legislativa.

Fundamentação

A respeito das competências da Assembléia Legislativa, dispõe o artigo 54, incisos XXVII, XXVIII e XXXIV, da Constituição Estadual do Paraná:

Art. 54. Compete, privativamente, à Assembléia Legislativa:

XXVII - fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

XXVIII - dispor sobre limites e condições para a concessão de garantias do Estado em operações de crédito;

XXXIV 0 autorizar operações de natureza financeira externa ou interna;

Submeter à aprovação da Assembléia as operações especificadas no projeto em análise é uma forma de aumentar a capacidade de fiscalização da mesma, em consonância com as competências previstas no artigo supra.

O projeto, ainda, está em concordância com a iniciativa legislativa determinada pelo artigo 65 da Constituição Estadual:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Quanto a técnica legislativa, o projeto atende aos requisitos da Lei Complementar nº 95/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Dessa forma, em parecer, opina-se pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 14.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 128/03

P A R E C E R :

Apresentação

O presente projeto de lei, de autoria do ilustre Deputado José Maria Ferreira, dispõe sobre a obrigatoriedade da aprovação pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná das operações de compra de créditos sob qualquer título e empréstimos por parte dos órgãos da administração pública estadual direta, indireta, fundacional e sociedades controladas direta ou indiretamente pelo Estado do Paraná.

Fundamentação

Esta Comissão instigada a se pronunciar, através dessa relatoria e de acordo com o que preceitua o artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, verifica não existir nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis. Observe-se ainda, que tal propositura objetiva submeter à aprovação da Assembléia as operações de natureza financeira, atribuindo-lhe o poder fiscalizador em consonância com os preceitos legais.

Conclusão

Pelo que acima foi exposto, opinamos pela normal tramitação do projeto de lei, bem como seu envio ao douto Plenário desta Casa, para a devida decisão finalística.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.11.06.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 373/03, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Padre Wilton Moraes Lopes. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **(Publ. no DA nº 052/03, de 25/06/03, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 373/03

P A R E C E R :

Do Relatório

O Projeto de Lei nº 373/03, de iniciativa do Exmo. Sr. Deputado Estadual Jocelito Canto, tem por escopo

conceder o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Padre Wilton Moraes Lopes.

Da Fundamentação

Chamada esta Comissão a manifestar-se de acordo com o artigo 128, parágrafo 4º do Regimento Interno desta Casa de Leis, conclui-se que o presente projeto de lei não encontra óbice legal em prosseguir, salientando que se trata de iniciativa de grande mérito e que merece consideração e apreço pois concede título de Cidadão Honorário ao Padre Wilton Moraes Lopes, que conforme depreende-se da justificativa em anexo trata-se de pessoa de ilibada conduta, de caráter exemplar, uma grande personalidade na Assistência Social

Da Conclusão

Diante do exposto, esta Comissão de Constituição e Justiça, apresenta parecer favorável ao presente Projeto de Lei nº 373/03, objeto desta análise.

Sala das Comissões, em 12.08.03.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DELEGADO BRADOCK - Relator

Em votação.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Para Encaminhar, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Eu pediria ao companheiros que somente nos acompanhassem nesse pedido. O padre Wilton é um dos grandes padres de Ponta Grossa, que faz um grande trabalho, principalmente, ligado à recuperação de drogados.

Ele é uma pessoa muito humilde, sem dúvida nenhuma merecedor desse projeto. Peço aos companheiros o voto favorável.

Muito obrigado. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao Sr. 1º Secretário, Deputado Carlos Simões, que proceda a chamada nominal dos Srs. Parlamentares, para votação. Se forem favoráveis: SIM. Se forem contrários: NÃO.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Carlos Simões**)

(Procede à chamada nominal para a votação).

Quarenta e dois votos SIM, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quarenta e dois votos favoráveis.

Está **aprovado** em 1ª Discussão o projeto de autoria do Deputado Jocelito Canto, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao padre Wilton Moraes Lopes.

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 643/03, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Carlos Hugo Wolff Von Graffen. PARECER FAVORÁVEL DA

CCJ. (Publ. no DA nº 087/03, de 27.10.03, em Projeto de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 643/03

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Jocelito Canto, tem por objetivo conceder o título de Cidadão Honorário do Estado ao Sr. Carlos Hugo Wolff Von Graffen.

Fundamentação

Chamada a opinar sobre a matéria, a Comissão de Constituição e Justiça entende que a proposição está de acordo com o disposto da Lei nº 13.115, de 14 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a concessão de título de Cidadão Honorário e Benemérito do Estado do Paraná. O partido do autor, também, já oficiou que a proposição faz parte da cota da agremiação partidária.

Conclusão

Sendo assim, somos de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 643/03, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 11.11.03.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

LUCIANO DUCCI - Relator

Em votação.

Para encaminhar, Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Somente, Sr. Presidente, para dizer que não é do meu Partido, mas é uma figura de três mandatos como Prefeito de Telêmaco Borba e esse projeto está parado há muito tempo aqui e fiz em homenagem a uma das mais brilhantes figuras da política dos Campos Gerais, que é o Prefeito Carlos Hugo. Uma pessoa conhecidíssima, não é meu companheiro de Partido, mas acho que é uma rica homenagem a um cidadão que já foi três vezes Prefeito da cidade de Telêmaco Borba.

Peço o apoio dos companheiros.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Para a votação do referido projeto, solicito ao Deputado Carlos Simões, 1º Secretário, a chamada dos Srs. Parlamentares.

Os que forem favoráveis votam SIM e os contrários votam NÃO.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Carlos Simões**)

Atenção Srs. Deputados, chamada nominal!

(Procede à chamada nominal)

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, eu só queria fazer uma solicitação ao Deputado Kielse, que também tem sua base em Telê-

maco Borba, se ele pode ser um dos autores deste projeto junto comigo, até em respeito ao Deputado Kielse.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Se V. Exa. está propondo não há por que rejeitarmos.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Assim está correto.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Carlos Simões**)

Sr. Presidente, 41 Srs. Deputados votaram SIM.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esta **aprovado** em 1ª Discussão o projeto que concede o título de Cidadão Honorário ao Sr. Carlos Hugo Wolff Von Graffen por 41 votos favoráveis.

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 460/04, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, que assegura a gratuidade nos transportes coletivos urbanos intermunicipais no território do Estado do Paraná aos alunos da Rede Pública de Ensino. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 119/04, de 06.12.04, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 460/04

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei tem por fim assegurar aos alunos da Rede Pública de Ensino do Estado do Paraná a gratuidade no transporte coletivo urbano municipal no nosso Estado.

Fundamentação

A Constituição Federal determina, em seu artigo 22, XI:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

(...)

XI - trânsito e transporte;

No entanto, no artigo 24, parágrafo 2º, complementa:

Art. 24...

(...)

§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

A União, portanto, tem competência privativa para legislar sobre regras gerais, mas o Estado tem competência para legislar sobre suas especificidades.

Determina ainda a Constituição Federal em seu artigo 23:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

(...)

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

O transporte é um dos fatores determinantes para se manter os alunos nas escolas, visto que esse gasto, muitas vezes, vem a ser motivo para a desistência do estudo. Com relação a isso, dispõe o artigo 179, inciso VIII, da Constituição Estadual do Paraná:

Art. 179. O dever do Poder Público, dentro das atribuições que lhe forem conferidas, será cumprido mediante a garantia de:

(...)

VIII - atendimento ao educando, no ensino pré-escolar, fundamental, médio e de educação especial, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

Quanto à técnica legislativa, o projeto é falho no que diz respeito ao requisito do artigo 9º da Lei Complementar nº 95/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis:

Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.

O projeto traz uma revogação genérica em seu artigo 3º, a qual não condiz com tal determinação. Deveria, portanto, trazer elencados os dispositivos revogados. Não havendo qualquer revogação, não há porque trazer cláusula de revogação. Para corrigir esse fato, sugere-se uma emenda corretiva, conforme anexo.

Desta forma, nosso parecer é pela aprovação do presente projeto de lei, na forma da emenda anexa.

Sala das Comissões, em 14.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

Apoiamento:

Hermes Fonseca.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 460/04

Corrige o Projeto de Lei Ordinária nº 460/04, alterando a redação do artigo 3º, passando o seu texto a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 14.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 460/04

P A R E C E R :

Apresentação

O presente projeto de lei, de autoria do ilustre Deputado Ratinho Júnior, objetiva assegurar a gratuidade

nos transportes coletivos urbanos intermunicipais no território do Estado do Paraná aos alunos da rede pública de ensino.

Fundamentação

Esta Comissão instigada a se pronunciar, através dessa relatoria e de acordo com o que preceitua o artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, verifica não existir nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis. Observe-se ainda, que tal iniciativa, além de beneficiar os alunos da rede pública de ensino, também contribui significativamente no orçamento familiar.

Conclusão

Pelo que acima foi exposto, opinamos pela normal tramitação do projeto de lei, bem como seu envio ao douto Plenário desta Casa, para a devida decisão finalística.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.11.06.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

ELIO RUSCH - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 673/05, de autoria do Deputado Marcos Isfer, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Kamal David Curi. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 120/05, de 31.10.05, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 673/05

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 673/05, de autoria do Deputado Marcos Isfer, concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Kamal David Curi.

Fundamentação

O projeto não apresenta óbices de natureza legal e constitucional.

Segundo a Lei 13.115, de 14 de fevereiro de 2001 são requisitos para o título de cidadão honorário os seguintes requisitos:

Art. 1º O título de cidadão honorário ou de cidadão benemérito serão concedidos à pessoa que tenha prestado relevantes serviços ao Estado do Paraná e que satisfaça pelo menos dois dos requisitos seguintes:

I - exercício, com denodo e proficiência, de cargo, função, emprego ou atividade, de natureza pública ou privada;

II - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;

III - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;

IV - ter reputação ilibada ou conduta pessoal e profissional irrepreensíveis;

V - ter em sua biografia registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacionais e da cidadania.

A história de vida do homenageado preenche os requisitos legais, não havendo óbices na tramitação do projeto.

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação.

Sala das Comissões, em 29.11.05.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Em votação.

O SR. MARCOS ISFER (PPS) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, gostaria de pedir a todos os Deputados o apoio ao nome do Dr. Kamal David Curi, membro eminente da colônia árabe paranaense, que sempre prestou bons serviços ao Paraná.

Então, gostaria muito de contar com o apoio de todos os Srs. Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Solicito ao Sr. 1º Secretário, Carlos Simões, que proceda à chamada nominal dos Srs. Parlamentares, para à votação.

Os que forem favoráveis à concessão do Título, SIM; os contrários, NÃO.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Carlos Simões)

(Procede à chamada nominal dos Srs. Parlamentares).

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Trinta e nove Srs. Deputados votaram pela concessão do Título.

Está **aprovado** em 1ª Discussão.

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 033/06, de autoria do Deputado Marcos Isfer, que cria a redução noturna do preço da energia elétrica para os avicultores e suinocultores. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 004/06, de 02/02/06, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 033/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei de autoria do Deputado Marcos Isfer, cria a redução da tarifa de energia elétrica, na casa dos 40% com relação ao valor praticado pela tarifa rural, no período compreendido entre 21h30 e 6h00.

Legitimidade

Tarifas: as tarifas são cobradas pelas empresas associadas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos federais estaduais e municipais, para permitir a justa remuneração do capital, o melhoramento e a expansão dos serviços e assegurar o equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

Tarifa é receita originária empresarial, ou seja, uma receita proveniente da intervenção do Estado, através dos seus associados, permissionários ou concessionários, na atividade econômica.

A tarifa visa o lucro, a taxa visa o ressarcimento.

Na tarifa o serviço é facultativo, sendo, pois, o pagamento voluntário, isto é, paga-se somente se existir a utilização do serviço. A tarifa é uma contraprestação de serviços de natureza comercial ou industrial.

Exemplos de Tarifas: a tarifa postal, telegráfica, de transportes, telefônica, de gás, de fornecimento de água e outras.

A tarifa é uma espécie de preço público.

O preço (tarifa) vem do próprio Estado (agindo como se fosse um particular; sem estar investido de sua soberania - Receita Originária e de Direito Privado).

<http://www.portaltributario.com.br/tributos/laudemio.htm>

A margem tarifária ideal, é a que assegure retorno suficiente para garantir a performance do negócio em empresas de distribuição de energia elétrica. Nesse contexto, o valor do kWh deve ser suficiente para preservar o princípio da modicidade tarifária e assegurar a geração interna de recursos suficientes para cobrirem os custos de operação, manutenção e expansão do sistema, isto é, gerar autofinanciamento.

Concluiu-se ser possível o alcance dos mecanismos de viabilização econômico-financeira das empresas distribuidoras de energia elétrica, sendo a gestão da organização examinada a partir da definição dos custos e da receita, com a garantia de receita compatível para a realização dos custos de operação, autofinanciamento e remuneração do capital aplicado.

Nesse sentido, torna-se o Estado-Legislator, o legítimo para tal proposição, em virtude da Constituição da República assegurar aos Estados, sem vedação, prerrogativa legislativa dizendo:

Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.

Assim, o Poder Legislativo Estadual pode exercer sua atribuição legislativa perfeitamente, visto que não existe previsão Constitucional Estadual, nem tampouco infraconstitucional, acerca da atribuição ou vedação para legislar no que tange à tarifa da energia elétrica.

Conclusão

O projeto em análise apresentou-se em perfeita conformidade quanto a técnica legislativa Lei Comple-

mentar nº 95/98, assim como com relação a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101/00, visto que fora apresentado o impacto econômico-financeiro gerado pela diminuição de receita provocada pelo projeto. Isso porque a Lei Complementar que as empresas com maioria do capital social com direito a voto e que pertença a um ente da federação, como no caso do Governo do Estado, com a Copel, deve apresentar essa planilha no caso de renúncia de receitas.

Vejamos a Lei Complementar nº 101/00:

Art. 2º Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como:

I - ente da Federação: a União, cada Estado, o Distrito Federal e cada Município;

II - empresa controlada: sociedade cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a ente da Federação;

É diante de todo o exposto que, somado à adequação a planilha de impacto econômico-financeiro apresentado pela Secretaria da Fazenda do Estado, que em nosso parecer é pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 14.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 033/06

P A R E C E R :

Apresentação

O presente projeto de lei, de autoria do ilustre Deputado Marcos Isfer, que cria a redução noturna do preço da energia elétrica para os avicultores e suinocultores.

Fundamentação

Esta Comissão instigada a se pronunciar, através dessa relatoria e de acordo com o que preceitua o artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, verifica não existir nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis. Observe-se ainda, que a aprovação de tal proposição, em razão do benefício concedido, não implicará em diminuição do valor do ICMS recolhido pela Copel.

Conclusão

Pelo que acima foi exposto, opinamos pela normal tramitação do projeto de lei, bem como seu envio ao douto Plenário desta Casa, para a devida decisão finalística.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.11.06.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

DUÍLIO GENARI- Relator

ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 257/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que altera parágrafos da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, Lei Institui-

dora do ICMS. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 052/06, de 22/05/06, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 275/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de autoria do Deputado Hermas Brandão, tem o objetivo de alterar os parágrafos 5º, 6º e 7º do artigo 14 da Lei nº 11.580 de 1996, com o propósito de correção da remissão incorreta, adequar o prazo de permanência no ativo dos veículos automóveis, e estender a norma para as operações com automóveis e veículos comerciais leves.

Legitimidade e Legalidade

A Constituição do Estado assegura que:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

O processo de alteração legislativa, deve respeitar o mesmo instrumento criador da norma, ou seja, lei pode ser alterada somente mediante nova proposta de lei, respeitando-se a mesma hierarquia e o quórum utilizado.

Nesse sentido, há autorização constitucional para que os Estados: instituem o Imposto sobre Circulação de Mercadorias, Bens e Serviços - ICMS - assim como o legislador o fez, pela Lei nº 11.580 de 1996, e que nessa ocasião pretende alterá-la.

Diante dessas situações, verifica-se a plena condição de prosperar o presente projeto, haja vista que, não encontra contrariedade a disposição alguma estabelecida.

Conclusão

O projeto em questão apresentou-se em perfeita conformidade quanto à técnica legislativa Lei Complementar nº 95/98, bem como quanto a propositura e legitimidade da lei.

Diante do ora exposto, opinamos pela aprovação e regular tramitação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 14.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 275/06

P A R E C E R :

Apresentação

O presente projeto de lei, de autoria do ilustre Deputado Hermas Brandão, que objetiva alterar parágrafos da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996. (Lei Instituidora do ICMS).

Fundamentação

Esta Comissão instigada a se pronunciar, através dessa relatoria e de acordo com o que preceitua o artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, verifica não existir nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis. Observe-se, que tal iniciativa tem por finalidade adequar o prazo de permanência no ativo dos veículos automóveis, e estender a norma para operações com automóveis e veículos comerciais leves.

Conclusão

Pelo que acima foi exposto, opinamos pela normal tramitação do projeto de lei, bem como seu envio ao douto Plenário desta Casa, para a devida decisão finalística.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.12.06.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 343/06, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, que dispõe sobre incentivos fiscais. (empresas paranaenses). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **(Publ. no DA nº 072/06, de 19/06/06, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 343/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto tem por escopo estabelecer requisitos a serem cumpridos pelas empresas que se beneficiam de incentivos fiscais, exigindo certas condutas no que tange às atividades empresarias e ainda destinando parte desse incentivo para certas finalidades específicas, tais como manutenção do nível de emprego, vedação de demissões sem justa motivação e aplicação de percentual em programas votados à qualificação do trabalhador.

Da Legalidade e Constitucionalidade

Como ponto inicial desta análise devem ser consultadas as Constituições Federal e Estadual para verificação da legitimidade para propositura de lei sobre o assunto ora em comento. Começamos pelo disposto na Constituição Federal, que em seu artigo 24 assevera:

Art. 24 - Compete concorrentemente à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I - direito tributário, penitenciário, econômico e financeiro.

3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender as suas peculiaridades."

Em relação aos incentivos fiscais, não existe lei

federal que trate de modo exclusivo sobre o assunto, passando porquanto esta competência para os entes federados, de modo pleno.

Já a Constituição do Estado do Paraná delega esta legitimidade para a Assembléia Legislativa, consoante o artigo 53, ora *in verbis*:

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

III - tributos, arrecadação e distribuição de rendas. (grifos nossos)

Desde logo, denota-se que a iniciativa desta matéria há que ser exercida pelo Poder Legislativo.

Com base nisto, insta prosseguir na análise, dando atenção agora à finalidade buscada pela promulgação da lei ora em discussão. Em momento posterior deve ser analisada a possibilidade dessas exigências recaírem sobre contribuinte beneficiado pelos incentivos.

A finalidade do presente projeto é a destinação de parte da verba acumulada pelos incentivos fiscais para que sejam atingidos certos objetivos, tais como estabilidade em emprego e aperfeiçoamento de mão-de-obra. Desde logo denota-se o caráter social do projeto apresentado.

Para alcançar tal desiderato, o projeto apresentado pelo eminente Deputado busca vincular, atrelar parte das verbas obtidas pelos incentivos fiscais. Assim, de forma cogente, haveriam estas que ser destinadas aos programas listados pelo texto legal.

Neste passo, pela análise do artigo 1º, alínea “a” verifica-se que o que se está buscando é um fim social, referente às relações de trabalho. Nisto, não tem-se novel legislação trabalhista, mas apenas ratificação de termos constitucionais. Com isso, traz-se a realidade fática o princípio de pleno emprego, insculpido na chamada Constituição Cidadã, de 1988, em seu artigo 170:

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

VIII - busca do pleno emprego.” (destaques nossos)

Desta feita, pondera-se que esse trecho do projeto de lei se subsume aos ditames mais elevados de nosso país, listados em nossa Carta Política, ao valorizar, ainda que por meio indireto, o trabalhador, procurando por fim uma justiça social.

Outra não é, vale dizer, a orientação do Constituinte Estadual paranaense, constatação feita pela simples análise da disposição infra:

Art. 139. A organização da atividade econômica, fundada na valorização do trabalho, na livre iniciativa e na proteção do meio ambiente, tem por objetivo assegurar existência digna a todos, conforme os mandamentos da justiça social e com base nos princípios estabelecidos na Constituição Federal.

Em relação à alínea “b” do projeto tem-se que o valor referente até 5% do valor dos incentivos fiscais recebidos deverão ser aplicados na qualificação do trabalhador.

Quanto à isto, temos que ter em mente que, em momento anterior o legislador, que possuía a competência para tributar, optou pela exoneração da carga tributária para certa faixa de contribuintes. Agora, por meio de lei, busca destinar parte daquela isenção outrora concedida para programas voltados à qualificação do trabalhador. Neste passo, mister relevar que o legislador que pode instituir a cobrança pode também isentar. A inversão da oração também se faz verdadeira: quem o isenta pode voltar a cobrar. No projeto de lei o que ocorre é que o Estado busca direcionar o valor referente a até 5% dos incentivos fiscais.

Mas não se almeja nesta alínea o recolhimento aos cofres públicos novamente. O que se exige é a destinação especificada na lei.

Uma vez mais não objetamos óbices à disposição do texto. A mesma fundamentação retro exposta vale para a alínea “b” sob foco. No caso, vale a regra: “quem pode o mais, pode o menos”. Deste modo, em momento anterior abriu mão de parte da arrecadação tributária estadual, através de incentivos fiscais. Pois bem, em querendo, calha ressaltar, poderia o Estado do Paraná revogar esses incentivos fiscais, por meio de lei específica. Entretanto, preferiu em vez disso, destinar parte desse incentivo para a concretização de preceitos constitucionais não apenas do Estado do Paraná, mas também da República Federativa do Brasil. Ora, se podia o mais (restituir a cobrança) pode o menos (estabelecer destino para uma quantia significativamente pequena frente ao incentivo concedido).

Para remate da discussão acerca da constitucionalidade, temos que devem ser destacados os princípios, que embasam qualquer análise jurídica, para que os objetivos do Estado possam ser atingidos de modo pleno.

Quanto à lei de responsabilidade fiscal nada há que ser retificado, posto que esta lei não modificará em nada a arrecadação, tampouco afetará o orçamento do Estado.

Indo além, no que tange aos pressupostos formais para a propositura de lei, exigidos pela Lei nº 95/98, temos que a lei se mostra plenamente adequada aos elementos indispensáveis.

Conclusão

É diante do exposto, que nosso parecer é pela aprovação do projeto de lei em questão.

Sala das Comissões, em 28.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 343/06

P A R E C E R :

Apresentação

O presente projeto de lei, de autoria do ilustre Deputado Ratinho Júnior, que dispõe sobre incentivos fiscais (empresas paranaenses).

Fundamentação

Esta Comissão instigada a se pronunciar, através dessa relatoria e de acordo com o que preceitua o artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, verifica não existir nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis. Observe-se, que tal propositura objetiva esclarecer requisitos a serem cumpridos pelas empresas que se beneficiam de incentivos fiscais, visando buscar a racionalização econômico-social.

Conclusão

Pelo que acima foi exposto, opinamos pela normal tramitação do projeto de lei, bem como seu envio ao douto Plenário desta Casa, para a devida decisão finalística.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.12.06.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

Aprovado.

O SR. RATINHO JÚNIOR (PPS) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, este projeto é muito importante, gostaria de pedir o apoio dos Deputados presentes. É um projeto que visa proteger o trabalhador paranaense de algumas empresas que por algum motivo acabam fazendo e trazendo aquelas demissões em massa que muitas vezes trazem prejuízos não só para o município que abriga a empresa, mas principalmente para o Estado do Paraná e para aqueles trabalhadores que dependiam daquela empresa trabalhando. É um projeto importante porque a partir de agora, as empresas que receberem incentivo fiscal para a sua abertura no Estado do Paraná ou para ampliar a sua capacidade, terão que tirar 5% desse valor e dar em qualificação para o trabalhador. Acima de tudo, não poderá fazer demissão em massa.

Por que esse projeto é importante? Porque justamente há alguns meses atrás, a Audi quase mandou 3800 funcionários embora, a Audi de São José dos Pinhais, por um motivo que estava passando por um problema mundial e que não tinha nada a ver com o Estado do Paraná, nada a ver com a cidade de São José dos Pinhais e nem com o Brasil. E em uma semana antes tinha pego quinhentos milhões de reais do BNDES.

É um projeto que vem defender o trabalhador para que não seja pegado de surpresa, nessas demissões em massa, principalmente empresas que ganham incentivos de décadas como o caso da Renault e da Audi no nosso Estado do Paraná.

Precisamos do apoio de todos os Deputados para que seja aprovado e temos certeza, que o Governador Requião também vai sancionar esse projeto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Em votação.

Aprovado.

ITEM 20

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 359/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que dispõe sobre o diferimento, a isenção, a redução de base de cálculo, o crédito presumido e a concessão de regime especial de dilação de prazo para pagamento do ICMS, dispensado às operações com gado bovino ou bufalino. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 074/06, de 21/06/06, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 359/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de autoria do Deputado Estadual Hermas Brandão, visa regulamentar questões relativas à administração tributária do ICMS no Estado do Paraná, vinculando os benefícios à condição do estabelecimento produtor estar sediado no Estado do Paraná.

Legitimidade e Legalidade

Os princípios gerais da ordem econômica, estabelecidas na Constituição do Estado, visam senão as melhores condições para o desenvolvimento da atividade comercial, da atividade econômica geradora de empregos, em especial daquelas de médio e pequeno porte, senão vejamos.

Art. 139. A organização da atividade econômica, fundada na valorização do trabalho, na livre iniciativa e na proteção do meio ambiente, tem por objetivo assegurar existência digna a todos, conforme os mandamentos da justiça social e com base nos princípios estabelecidos na Constituição Federal.

Art. 140. Como agente normativo e regulador das atividades econômicas, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de orientação, fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

Art. 143. As microempresas e as empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, receberão do Estado tratamento jurídico diferenciado, visando ao incentivo de sua criação, preservação e desenvolvimento, através da eliminação, redução ou simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias e creditícias, por meio da lei.

Parágrafo único. O Poder Público estimulará a atividade artesanal.

Conforme reza a Constituição Estadual supracitada, o Estado tem a prerrogativa de regular a cobrança do ICMS enquanto tributo Estadual, bem como sua regulamentação na forma que entender necessário.

Nesse sentido, o projeto encontra-se em plenitude com o entendimento constitucional.

Conclusão

O projeto em análise apresentou-se em perfeita conformidade quanto à técnica legislativa Lei Complementar nº 95/98 e a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei

Complementar nº 101/00, bem como a iniciativa da propositura.

É diante da constitucionalidade do presente projeto aferida que opinamos por sua aprovação e regular tramitação.

Sala das Comissões, em 14.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 359/06

P A R E C E R :

Apresentação

O presente projeto de lei, de autoria do ilustre Deputado Hermas Brandão, que dispõe sobre o diferimento, a isenção, a redução de base de cálculo, o crédito presumido e a concessão de regime especial de dilação de prazo para pagamento de ICMS, dispensado às operações com gado bovino ou bufalino.

Fundamentação

Esta Comissão instigada a se pronunciar, através dessa relatoria e de acordo com o que preceitua o artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, verifica não existir nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis. Observe-se ainda, que tal propositura objetiva prestigiar o produtor de couro radicado no Estado do Paraná.

Conclusão

Pelo que acima foi exposto, opinamos pela normal tramitação do projeto de lei, bem como seu envio ao douto Plenário desta Casa, para a devida decisão finalística.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.12.06.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 21

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 367/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que dá nova redação ao artigo 14, da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996 (ICMS). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 075/06, de 26/06/06, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 367/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de autoria do Deputado Hermas Brandão, tem o objetivo de alterar as alíneas “a” e “c” dos incisos I e VI respectivamente, do artigo 14 da Lei nº 11.580 de 1996, com o propósito de adequar-se as demais alíquotas praticadas pelos Estados na tributação da cerveja.

Legitimidade e Legalidade

A Constituição do Estado assegura que:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

O processo de alteração legislativa, deve respeitar o mesmo instrumento criador da norma, ou seja, lei pode ser alterada somente mediante nova proposta de lei, respeitando-se a mesma hierarquia e o quórum utilizado para sua criação.

Nesse sentido, há autorização constitucional para que os Estados instituíam o Imposto sobre Circulação de Mercadorias, Bens e Serviços ICMS, assim como o legislador o fez, pela Lei nº 11.580 de 1996, e que nessa ocasião pretende alterá-la.

Diante dessas situações, verifica-se a plena condição de prosperar o presente projeto, haja vista que, não encontra contrariedade a disposição alguma estabelecida.

Conclusão

O projeto em análise apresentou-se em perfeita conformidade quanto à técnica legislativa Lei Complementar nº 95/98, bem como quanto a propositura e legitimidade da lei.

Diante do ora exposto, opinamos pela aprovação e regular tramitação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 14.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 367/06

P A R E C E R :

Apresentação

O presente projeto de lei, de autoria do ilustre Deputado Hermas Brandão, que dá nova redação ao artigo 14, da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996 (ICMS).

Fundamentação

Esta Comissão instigada a se pronunciar, através dessa relatoria e de acordo com o que preceitua o artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, verifica não existir nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis. Observe-se ainda, que tal propositura objetiva adequar as demais alíquotas praticadas pelos Estados na tributação da cerveja.

Conclusão

Pelo que acima foi exposto, opinamos pela normal tramitação do projeto de lei, bem como seu envio ao douto Plenário desta Casa, para a devida decisão finalística.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.11.06.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 22

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 376/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 051/06, que objetiva criar, com lotação na Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, 01 (um) cargo de provimento em comissão com a denominação de Coordenador e simbologia DAS-2. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. (Publ. no DA nº 076/06, de 27.06.06, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 376/06

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei acima epigrafiado foi encaminhado pelo Chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem nº 51/06, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos pares desta Casa, e tem como proposta criar 01 (um) cargo em comissão com a denominação de Coordenador, simbologia DAS-2, na Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA(sic).

Na justificativa o autor diz que *a medida ora proposta é indiscutivelmente necessária e oportuna, eis que o cargo em comissão cuja criação pretende-se será destinado à Coordenadoria dos Jardins Botânicos - CJBO, órgão da estrutura básica da referida Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.*

Diz ainda, *que conforme informações prestadas pela Secretaria de Estado da Fazenda, as despesas decorrentes da medida em referência, atendem os limites estabelecidos pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.*

É o relatório.

Da Fundamentação do Parecer

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Governador do Estado do Paraná, Chefe do Poder Executivo, estando, portanto presente o princípio da admissibilidade.

O pleito governamental encontra supedâneo no inciso I do artigo 66 da Constituição do Estado que reza:

Art. 66. Ressalvados o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

Já quanto a técnica legislativa, há de se modificar o artigo 3º do projeto de lei em apreço. Até a edição da Lei Complementar nº 95, de 1998, (artigo 9º) a cláusula de

revogação podia ser específica ou geral. Desde então, no entanto, admite-se somente a cláusula de revogação específica. Assim, atualmente é incorreto o uso da cláusula revogatória como a constante no artigo 3º do projeto de lei em análise.

Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei, na forma da emenda modificativa.

Sala das Comissões, em 14.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
HERMES FONSECA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 376/06

Art. 1º Modifica a redação do artigo 3º do Projeto de Lei nº 376/06, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 14.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
HERMES FONSECA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 376/06

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 376/06, de autoria do Poder Executivo, cria um cargo de provimento em comissão com a denominação de Coordenador, símbolo DAS-2.

O projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça

Fundamentação

O projeto não apresenta óbice de natureza legal ou constitucional e se encontra acompanhado de informação da Secretaria de Estado da Fazenda de que as despesas decorrentes da medida atendem aos limites estabelecidos pela Lei Complementar 101/00.

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua tramitação.

Sala das Comissões, em 06.12.06.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

ITEM 23

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 406/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que acrescenta alínea no inciso II, do artigo 14, da Lei nº 11.580/96 (Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - NBM/SH. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 085/06, de 14.08.06, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 406/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei em tela tem como escopo a inclusão de item no artigo 14, II, da Lei do ICMS do Estado do Paraná, sendo o rol de produtos cuja alíquota é de 12%.

Constitucionalidade e Legalidade

É legítima a competência dos estados para legislar acerca de tal matéria, bem como a iniciativa legislativa por parte da Assembléia Legislativa, de acordo com o que preceitua a Constituição Federal:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

(...)

Ainda, a própria Constituição Federal deixa claro no que diz respeito aos impostos de competência Estadual:

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

(...)

II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;

(...)

Nesse diapasão, é legítima a alteração legislativa por parte do membro desta Casa no que tange a matéria ora proposta.

Quanto à técnica legislativa, o referido projeto de lei observa todas as disposições da Lei Complementar 95/98.

Desta forma, nosso parecer é pela aprovação do projeto em tela.

Sala das Comissões, em 14.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
BARBOSA NETO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 406/06

P A R E C E R :

Apresentação

O presente projeto de lei, de autoria do ilustre Deputado Hermas Brandão, que acrescenta alínea ao inciso II, do artigo 14, da Lei nº 11.580/96 (Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - NBM/SH).

Fundamentação

Esta Comissão instigada a se pronunciar, através dessa relatoria e de acordo com o que preceitua o artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, verifica não existir nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis. Observe-se ainda, que tal propositura objetiva insti-

tuir no Estado do Paraná a redução na alíquota de 12%, aos produtos que especifica, visando a isonomia entre outros Estados.

Conclusão

Pelo que acima foi exposto, opinamos pela normal tramitação do projeto de lei, bem como seu envio ao douto Plenário desta Casa, para a devida decisão finalística.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.12.06.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 24

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 427/06, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que inclui na Lei nº 11.580/96 (ICMS), vedação de créditos decorrentes de benefícios na origem, sem observância dos critérios legais. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 089/06, de 21.08.06, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 427/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de autoria do Deputado Alexandre Curi, tem o objetivo de incluir o inciso VII, ao artigo 27, da Lei 11.580 de 1996, com o propósito de resguardar a boa fé dos contribuintes, dando clareza e segurança nas relações fisco-contribuintes.

Legitimidade e Legalidade

A Constituição do Estado assegura que:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

O processo de alteração legislativa, deve respeitar o mesmo instrumento criador da norma, ou seja, lei pode ser alterada somente mediante nova proposta de lei, respeitando-se a mesma hierarquia e o quórum utilizado para sua criação.

Nesse sentido, há autorização constitucional para que os Estados instituem o Imposto sobre Circulação de Mercadorias, Bens e Serviços - ICMS, assim como o legislador o fez, pela Lei 11.580 de 1996, e que nessa ocasião pretende alterá-la.

Diante dessas situações, verifica-se a plena condição de prosperar o presente projeto, haja vista que, não encontra contrariedade a disposição alguma estabelecida.

Encontra-se ainda, em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como o Código Tributário Nacional.

Conclusão

O projeto em análise apresentou-se em perfeita conformidade quanto a técnica legislativa Lei Complementar 95/98, bem como quanto a propositura e legitimidade da lei, visto que, alterou a Lei do ICMS, no sentido de aprimorar procedimentalmente a atuação do Poder Executivo.

Em razão da necessidade fática, considerando ainda a Declaração de Inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal, das Leis nºs 13.212 e 13.214, ambas de 2001, as quais beneficiavam a indústria paranaense com benesses não autorizadas pelo Confaz, sendo então, pertinente a apresentação de Emendas, conforme anexo, para adequar-se à presente situação jurídica.

Diante do ora exposto, nosso parecer é pela aprovação e regular tramitação do presente projeto, desde que atendidas as emendas em anexo.

Sala das Comissões, em 28.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA ADITIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 427/06

Na forma que autoriza o Regimento Interno dessa Casa de Leis, em especial o artigo 137, parágrafo 3º, e diante da necessidade, apresento as seguintes emendas:

O artigo 2º do projeto passa a ter a seguinte redação, e fica acrescido o artigo 3º e 4º:

“Art. 2º Ficam homologados os procedimentos adotados pelos contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, de conformidade com o disposto nas Leis nºs 13.212 e 13.213, de 29 de junho de 2001, no período de suas vigências.

Art. 3º As empresas que tenham sido desenquadradas dos programas Bom Emprego, Paraná mais Emprego e Prodepar, que se encontravam em funcionamento na data de implantação do atual Programa Bom Emprego, terão restabelecida a autorização do benefício, observados os limites fixados no Programa criado através do Decreto nº 1465 de 18 de junho de 2003, pelo prazo de 48 meses, tendo por limite o valor de 02 (duas) vezes o investimento realizado.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 28.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

Apoiamento:

Luiz Carlos Martins, Duílio Genari, Elton Carlos Welter, Antonio Anibelli, Carlos Simões, Ratinho Júnior, Barbosa Neto e José Maria Ferreira.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 427/06

P A R E C E R :

Apresentação

O presente projeto de lei, de autoria do ilustre Deputado Alexandre Curi, que inclui na Lei nº 11.580 (ICMS), de 14 de novembro de 1996, vedação de créditos decorrentes de benefícios concedidos na origem, sem observância dos critérios legais.

Fundamentação

Esta Comissão instigada a se pronunciar, através dessa relatoria e de acordo com o que preceitua o artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, verifica não existir nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis. Observe-se ainda, que tal propositura objetiva dar clareza e segurança nas relações fisco contribuintes.

Conclusão

Pelo que acima foi exposto, opinamos pela normal tramitação do projeto de lei, bem como seu envio ao duto Plenário desta Casa, para a devida decisão finalística.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.12.06.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 25

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 466/06, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, que concede o título de Cidadão Honorário ao Sr. Francisco Terasawa. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 098/06, de 04.09.06, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 466/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei objetiva conceder o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Francisco Terasawa.

Fundamentação

Determina o artigo 1º da Lei 13.115/01:

Art. 1º O título de cidadão honorário ou de cidadão benemérito só será concedido à pessoa que tenha prestado relevantes serviços ao Estado do Paraná e que satisfaça pelo menos dois dos requisitos seguintes:

I - exercício, com denodo e proficiência, de cargo, função, emprego ou atividade, de natureza pública ou privada;

II - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;

III - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;

IV - ter reputação ilibada ou conduta pessoal e profissional irrepreensíveis;

V - ter em sua biografia registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacionais e da cidadania.

Em uma primeira análise, esses requisitos foram preenchidos. Dispõe ainda, em seu artigo 2º, *caput* e parágrafo 1º, alterado pela Lei nº 14.677/05, o seguinte requisito para a concessão do título:

Art. 2º Cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa apresentarem projeto de lei concedendo títulos de cidadão honorário ou de cidadão benemérito do Estado do Paraná.

§ 1º Cada partido político poderá apresentar até 8 (oito) projetos de título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito, à sua escolha por legislatura;

O limite do partido do ilustre Parlamentar, autor do projeto, ainda não foi atingido, sendo esse o 6º (sexto) projeto apresentado e essa Casa pelo seu partido. Não há, portanto, óbice ao projeto.

Com relação à técnica legislativa, o projeto atende aos requisitos da Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Desta forma, nossa opinião é pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 14.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

Em votação.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL) (**Para Encaminhar**)

Já na tribuna li o currículo e o histórico de Francisco Terasawa. É um pesquisador que conseguiu desenvolver sementes de soja para serem produzidas no cerrado brasileiro e por suas mãos viabilizou-se economicamente o cerrado do nosso país, pelo desenvolvimento da semente FT que é plantada e explorada lá. A ele eu peço os votos de todos os Deputados desta Casa porque é uma pessoa que merece e tanto já fez pelo nosso Brasil e pelo Estado do Paraná.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Para Encaminhar**)

Quero me associar ao Deputado Plauto Miró e votar favorável a esse projeto e dizer que realmente a proposição é correta. É uma pessoa que merece, é uma pessoa de grande destaque na agricultura de Ponta Grossa, do Paraná e do Brasil. Por isso, peço apoio dos demais companheiros a favor do Deputado Plauto Miró.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Nós ficamos homenageados em poder votar para um homem como o Dr. Francisco Terasawa. Um pesquisador de alto nível, um

homem ligado cientificamente à melhora de sementes geneticamente enriquecidas. Não vamos dizer, modificadas, porque senão, já vão pensar em coisas que estão proibidas de se falar aqui no Paraná. O Dr. Francisco é um homem que mudou o conceito da agricultura brasileira a partir das sementes e do trabalho que ele desenvolveu na pesquisa, que ele desenvolveu na genética e que ele vem desenvolvendo há longos anos, melhorando o nível e a qualidade de produção da soja no Brasil. Também é do nosso conhecimento e estivemos visitando uma propriedade que pertence ao Sr. Francisco Terasawa, em Ponta Grossa, onde ele desenvolve uma qualidade de gado, Santa Gertrudes, de alta linhagem, de alto nível.

Portanto é um homem que tem a preocupação de melhorar aquilo que ele aprendeu a fazer e gosta de fazer. Esta Assembléia Legislativa do Paraná, aprovar um título desse, ela passa a ser homenageada pelo homenageado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao Deputado Carlos Simões a chamada dos Srs. Parlamentares para a votação.

Os favoráveis votam SIM, os contrários votam NÃO.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Carlos Simões**)

(**Procede à chamada nominal**)

Sr. Presidente, 42 votos SIM.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está **aprovado** em 1ª Discussão, por 42 votos favoráveis, o Projeto de Lei nº 466/06.

ITEM 26

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 470/06, de autoria do Deputado Marcos Isfer, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Roberto Gava. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (**Publ. no DA nº 098/06, de 04.09.06, em Projetos de Lei**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 470/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei objetiva conceder o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Roberto Gava.

Fundamentação

Determina o artigo 1º da Lei 13.115/01:

Art. 1º O título de cidadão honorário ou de cidadão benemérito só será concedido à pessoa que tenha prestado relevantes serviços ao Estado do Paraná e que satisfaça pelo menos dois dos requisitos seguintes:

I - exercício, com denodo e proficiência, de cargo, função, emprego ou atividade, de natureza pública ou privada;

II - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;

III - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;

IV - ter reputação ilibada ou conduta pessoal e profissional irrepreensíveis;

V - ter em sua biografia registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacionais e da cidadania.

Em uma primeira análise, esses requisitos foram preenchidos. Dispõe ainda, em seu artigo 2º, *caput* e parágrafo 1º, alterado pela Lei nº 14.677/05, o seguinte requisito para a concessão do título:

Art. 2º Cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa apresentarem projetos de lei concedendo títulos de cidadão honorário ou de cidadão benemérito do Estado do Paraná.

§ 1º Cada partido político poderá apresentar até 8 (oito) projetos de título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito, à sua escolha por legislatura;

O limite do partido do ilustre Parlamentar, autor do projeto, ainda não foi atingido, sendo esse o 6º (sexto) projeto apresentado e essa Casa pelo seu partido. Não há, portanto, óbice ao projeto.

Do voto

Da análise dos pressupostos legais e constitucionais, somos pela aprovação do Projeto de Lei 470/06.

Sala das Comissões, em 28.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RATINHO JÚNIOR - Relator

Em votação.

O SR. MARCOS ISFER (PPS) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, gostaria de pedir o apoio de todos os Deputados para esse título que oferecemos ao Sr. Roberto Gava, que também vem tratando do assunto base florestal, no Estado do Paraná representando não só a área ambiental, mas principalmente, os produtores de florestas plantadas.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao Deputado Carlos Simões, a chamada dos Srs. Deputados.

Os favoráveis votam SIM.

Os contrários votam NÃO.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Carlos Simões**)

(**Procede à chamada nominal**)

41 Srs. Deputados responderam à chamada nominal: SIM!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quarenta e um votantes. Está **aprovado** em 1ª Discussão o Projeto de Lei 470/06.

ITEM 27

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 479/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 058/06, que objetiva revogar a Lei nº 13.971, de 26 de dezembro de 2002 e a de nº 14.999, de 26 de janeiro de 2006 (ICMS). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. (Publ. no DA nº 108/06, de 03.10.06, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 479/06

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 479/06, de autoria do Poder Executivo, objetiva revogar a Lei 13.971, de 26 de dezembro de 2002 e a de nº 14.999 de 26 de janeiro de 2006.

Fundamentação

O projeto não apresenta óbices de natureza legal e constitucional.

O Estado pode revogar benefício fiscal a qualquer tempo desde que conveniente para a Administração.

No caso em tela, os benefícios concederam tratamento diferenciado em relação ao ICMS especificamente para importação de mercadorias através da Estação Aduaneira Interior, de Maringá, sendo que não atingiram os resultados almejados devem perder vigência, vista a redução da arrecadação estadual.

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação.

Sala das Comissões, em 21.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 479/06

P A R E C E R :

A competência da Comissão de Finanças está prevista no parágrafo 3º do artigo 33 do novo Regimento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

“À Comissão de Finanças compete manifestar-se sobre todas as proposições, inclusive de outras Comissões, que concorram para aumentar ou diminuir despesa públicas; sobre atividades financeiras do Estado; matéria tributária; empréstimos públicos; fixar, em cada Legislatura, para ter vigência na subsequente, a remuneração dos Deputados; fixar para cada exercício financeiro a remuneração do Governador, Vice-Governador do Estado e Secretários de Estado; e submeter previamente à Comissão de Fiscalização os processos referentes à Lei nº 8358, de 05 de novembro de 1986”.

As duas leis que estão sendo revogadas tratam de benefício tributário em relação ao ICMS para importação

de mercadoria através da Estação Aduaneira Interior, de Maringá.

Demonstrando que os resultados pretendidos não foram atingidos devem ser revogadas as normas estaduais.

A proposição apresenta condições de ir a plenário, espaço maior de debate e deliberação.

Por ocasião do debate em plenário os segmentos interessados poderão se manifestar e interferir no convencimento dos Deputados a respeito da matéria.

O parecer é favorável à tramitação da proposição, pois presentes os requisitos formais e legais no tocante à competência desta Comissão.

Sala das Comissões, em 06.12.06.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

TADEU VENERI - Relator

ITEM 28

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 508/06, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Alfredo Bertoldo Klas. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 118/06, de 30.10.06, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 508/06

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Jocelito Canto, concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Alfredo Bertoldo Klas.

O presente projeto é constitucional, uma vez que não fere dispositivos da Constituição no que diz respeito à competência legislativa concorrente entre União, Estados e Distrito Federal.

O projeto é legal, pois está amparado pela Lei 13.115/01 que, em seu artigo 1º, inciso I, determina que:

Art. 1º O título de cidadão honorário ou de cidadão benemérito será concedido à pessoa que tenha prestado relevantes serviços ao Estado do Paraná e que satisfaça pelo menos um dos requisitos seguintes:

I - exercício, com denodo e proficiência, de cargo, função, emprego ou atividade, de natureza pública ou privada;

Já o artigo 2º, *caput* estabelece:

Art. 2º Cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa apresentarem projeto de lei concedendo títulos de cidadão honorário ou de cidadão benemérito do Estado do Paraná.

O nobre Deputado preenche tal requisito, tendo inclusive anexado autorização da Liderança do seu Partido, para a inclusão em sua quota partidária.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, e não havendo óbices de natureza constitucional, regimental e de técnica legislativa, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 21.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Em votação.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, gostaria de pedir aos demais companheiros o apoio desse projeto. Esse cidadão Major Klas é um dos mais ilustres heróis da Força Expedicionária Brasileira. Foi Prefeito de Palmeira, Vereador. Um homem brilhante, um dos maiores heróis da 2ª Guerra Mundial, escreveu vários livros, está com 92 anos. É um dos maiores heróis da 2ª Guerra Mundial. Professor, escritor, um homem de muito respeito, dito por todos aqueles da Força Expedicionária em recente estada em Ponta Grossa. Era um homem da linha de frente arriscando a sua vida para muitas vezes buscar os seus companheiros feridos.

Por isso, peço aos companheiros o apoio ao Major Klas, um dos mais valorosos homens que lutou pela democracia e pela liberdade do nosso mundo, dá para dizer assim. Peço apoio, sim, aos demais companheiros.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL) (**Para Encaminhar**)

Quero me somar às palavras do Deputado Jocelito Canto, que apresentou este título de cidadão benemérito ao Sr. Alfredo Bertoldo Klas, uma pessoa que fez uma história, hoje com mais de noventa anos, participou diretamente da Segunda Guerra. Tenho nele uma pessoa das mais respeitadas da nossa cidade de Ponta Grossa.

Então, quero parabenizar o Deputado Jocelito Canto, pelo título que ele apresenta, em nome do Alfredo Klas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Carlos Simões**)

(**Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

37 Srs. Deputados responderam à chamada nominal, com a expressão SIM.

Está **aprovado** em 1ª Discussão o projeto de lei.

Requerimentos

Sobre a mesa, Requerimento nº 2746, de autoria do Sr. Deputado Francisco Bühner, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2747 e 2752, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2754 e 2757, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2758, de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2759, 2764 e 2778, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2767 a 2772, de autoria do Sr. Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2773, de autoria do Sr. Deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria encontra-se publicada no final desta Ata).

Requerimento nº 2775 de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Retirado pela autora.**

Requerimentos nºs 2776 e 2777, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Quero informar aos Srs. Parlamentares que logo após o término desta Sessão nós teremos uma Sessão Extraordinária.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, nós recebemos a Ordem do Dia agora e não consta o projeto em 2ª votação, são apenas vetos, não consta o 367/06 de V. S. Só para deixar registrado que nós aprovamos esse projeto em 1ª votação, mas que não consta desse projeto o impacto que deveria vir através da lei 101, aquilo que determina a lei.

Então, provavelmente no dia de amanhã nós iremos votá-lo daí nós gostaríamos de fazer um debate a respeito desse projeto porque ele reduz a alíquota de ICMS, entretanto não traz o impacto sobre as possíveis perdas que o Estado teria.

Eram essas as considerações, Sr. Presidente.

Encerramento da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 020, 063, 131/05, 003, 005, 007, 009, 010, 011, 015, 023, 024, 052, 061, 067, 068, 074, 082, 084 e 087/06.

Marco ainda, uma Sessão Ordinária, para terça-feira, dia 12, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 781/05, 246 e 516/06.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 512 e 517/06.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 128, 373, 643/03, 460/04, 673/05, 033, 275, 343, 359, 367, 376, 406, 427, 466, 470, 479 e 508/06.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 536, 558, 751/05, 216 e 411/06.

Levanta-se a Sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO BARBOSA NETO, EM SESSÃO DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2006.

PONTO FINAL - BELEZA QUE MATA

Folha de Londrina

Vivemos tempos de valores invertidos que galopam à velocidade do mundo cosmético

A modelo Ana Carolina Reston Macan morreu esta semana aos 21 anos. Morreu de anorexia. Morreu tentando equilibrar entre a vida e a passarela o sonho de ser Gisele Bündchen, Isabeli Fontana, Ana Hickmann. Isso me faz pensar sobre o que significa estar exposta aos holofotes. Mais que isso, estar exposta à visão crítica dos olheiros para quem dois ou três quilos a mais podem fazer toda a diferença. Ser modelo transformou-se no grande sonho das mulheres jovens. Sonho que pode ter contornos de pesadelo.

Na academia que frequento, observo meninas sem um grama de gordura na barriga malhando como se pesassem noventa quilos. Elas se vêem quase sempre de forma depreciativa, reclamando das pernas que poderiam ser compridas, dos seios que consideram pequenos, da boca que queriam sensual. Não medem esforços para chegar àquilo que julgam a perfeição mas, neste esforço, cometem o equívoco de cultivar apenas o corpo como se a beleza também não dependesse da força da personalidade, dos encantos da inteligência, da delicadeza dos sentimentos, do brilho do espírito. Fico pensando em que momento nasce dentro dessas meninas a exigência de serem padrões de beleza, determinados por olhares alheios. Quem ou o que construiu dentro delas a certeza de que só é possível chegar à felicidade sendo alta, magra, charmosa, enfim, sendo...modelo?

Todo mundo quer ser bonito. Mas os feios espertos sabem que nem sempre o mais bonito é o mais gostoso. Tampouco o mais feliz. Conheço pessoas que se realizam com quilos a mais, uma maneira relaxada de ver o mundo, um otimismo que suplanta crises imponderáveis. Conheço pessoas que, sob o peso de doenças graves, multiplicam por cem as suas chances de sobrevivência acreditando que é possível superar todas as “falhas” do sistema. E vão em frente, enfrentando tratamentos, riscos, cirurgias.

Então, quem não nasceu com o nariz perfeito, o bumbum arrebitado, a pela sem espinhas tem chances de sentir-se vitorioso se não se curvar às regras cruéis de uma sociedade em que homens e mulheres valem mais pela aparência do que pelo potencial humano. O fato é que convivemos com uma dura realidade que provoca nossos sentimentos de inferioridade quando não somos “modelos”.

Como jornalista, já vi a exigência distorcida de mães que são as primeiras a estimular em suas filhas a necessidade de brilhar, ainda que o brilho ofusque os sonhos mais delicados da infância, como brincar e correr livremente até encontrar seu próprio caminho. Não faltam por aí concursos de miss precoces, destinados a colocar muito cedo as crianças no mundo das aparências. Não é preciso entender profundamente de psicologia para imaginar que os estímulos que recebemos na infância vão repercutir por toda nossa vida como valores plantados em terreno vulnerável. Então, estimular meninos e meninas a se cuidar, a se gostar, a ter higiene é diferente de atirá-los num mundo competitivo em que a beleza física conta mais do que a beleza humana. Temos uma grande responsabilidade nestes tempos equivocados: recolocar no devido lugar a importância de criarmos seres integrais, que pensam, sentem, se expressam. Que não serão apenas uma casa de vaidades, uma embalagem vazia. Mas frutos com conteúdo, capazes de destilar maravilhosas essências. O ser humano integral deve tomar com urgência o lugar dos seres fragmentados que perseguem seu lugar ao sol convencidos de que os flashes e holofotes vão lhes garantir a felicidade.

Vivemos tempos de valores invertidos, que galopam à velocidade do mundo cosmético, da cirurgia plástica, da lipoaspiração, dos recursos estéticos dedicados a criar um modelo de ser humano presumivelmente feliz. Não pode ser feliz quem morre de anorexia. Não pode ser feliz quem se priva das delícias do banquete da vida onde existem prazeres cotidianos que incluem comer o que se tem vontade, divertir-se sem a preocupação exagerada com o peso, a barriga saliente, a orelha de abano. O ser humano é mais feliz quando transgride as regras de perversos mecanismos sociais de aceitação e rejeição. A vida é um espaço de liberdade de escolhas. Assim, a imposição de ser bonita, a imposição de ser perfeita, a imposição de ser “modelo” transita na contramão das diferenças saudáveis. A convivência é mais alegre quando há altos e baixos, gordos e magros, negros e brancos. Um mundo sem diversidades só consegue ser mais triste. Ninguém fica feliz quando uma moça, de apenas 21 anos, morre vítima da beleza padrão.

pontofinal@folhadelondrina.com.br

CÉLIA MUSILI
Editora da Folha 2

Publicações

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 371/06

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover TUFU MARON NETO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Luiz Carlos Martins, a partir de 01 de março de 2006.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente
NEREU MOURA - 1º Secretário
GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 372/06

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover ANA LUCIA DE FIGUEIREDO DEMETERCO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Luiz Carlos Martins, a partir de 01 de março de 2006.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente
NEREU MOURA - 1º Secretário
GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1019/06

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6868/06, datado de 22 de agosto de 2006, deste Poder Legislativo,

R E S O L V E :

Conceder, a ANA PAULA MOREIRA DA CRUZ, matrícula nº 40854, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo NBA-1, lotada na Coordenadoria de Serviço Odontológico desta Casa, com base no Laudo Médico nº 070/06, gratificação de insalubridade no percentual de dez por cento (10%) sobre seus vencimentos básicos, conforme o disposto nos artigos 4º, 5º e 10, da Lei Estadual nº 10.692/93.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23.11.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente
NEREU MOURA - 1º Secretário
GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

Diretoria Geral**Portarias**

PORTARIA Nº 133/06

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9156/06, de 23 de novembro de 2006, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar anotar, na ficha funcional de NIVALDO VANDIR CORDEIRO, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, sob matrícula nº 40127, ocupante do cargo de Segurança, NBA-08, lotado na Coordenadoria de Segurança, nos termos do parágrafo 9º, do artigo 201, da Constituição Federal, os tempos de contribuição constantes na Certidão do INSS, em que prestou serviços a: Socipress S.C. Prestação de Serviços, período de 02.02.1976 a 08.10.1976; Orbram Organização e Brambilla Ltda., período de 04.07.1977 a 24.06.1981; Revepar, período de 01.09.1972 a 25.09.1972; Pavena Veículos Máquina Paraná S/A, período de 01.11.1972 a 15.12.1972; Empresa de Ônibus Nossa Senhora da Penha, período de 12.09.1973 a 24.09.1973; Prefeitura Municipal de Curitiba, período de 01.10.1973 a 10.01.1974; Empresa de Ônibus Nossa Senhora da Penha, período de 01.04.1974 a 28.06.1974, perfazendo um total de cinco (05) anos, quatro (04) meses e vinte e nove (29) dias de contribuição.

Gabinete da Diretoria Geral, em 06.12.06.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Portaria DAT

PORTARIA Nº 035/2006 - DAT

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no artigo 17 da Lei nº 14.977 de 28 de dezembro de 2005,

R E S O L V E :

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 14.977 de 28 de dezembro de 2005 nas rubricas abaixo:

REDUÇÃO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
3390 3600	2000	100	350.000,00

ACRÉSCIMO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
3390 3700	2000	100	350.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, 05.12.2006.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Visto: Deputado Nereu Moura - 1º Secretário

Atas de Comissões**Especial - Conselheiro do Tribunal de Contas**

COMISSÃO ESPECIAL
CONSELHEIRO DO TRIBUNAL DE CONTAS
ATA DA INSTALAÇÃO

Aos onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e seis, no Gabinete da Presidência do Plenário, reuniram-se os membros da comissão especial que irá opinar sobre os candidatos inscritos para ocupar o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas, para sua instalação e eleição de Presidente e Vice-Presidente. Verificada a existência legal, o Sr. Presidente declarou instalada a comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio verificou-se a maioria de votos nos nomes dos Deputados Ângelo Vanhoni e Francisco Bühner, para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual foi eleito o Sr. Presidente indicou o Deputado Alexandre Curi para relatar a matéria. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olímpio Sotto Maior, Diretor Legislativo, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) ÂNGELO VANHONI, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, FRANCISCO BÜHRER, ALEXANDRE CURI, LUIZ CARLOS MARTINS e AUGUSTINHO ZUCCHI - 1º Vice-Presidente em exercício.

CPI dos Grampos Telefônicos

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DOS
GRAMPOS TELEFÔNICOS
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de dezembro de dois mil e seis, às 17h30, reuniu-se ordinariamente a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Grampos Telefônicos, no Plenário da Assembléia Legislativa do Estado, sob a Presidência do Sr. Deputado Antonio Anibelli, mais a

presença do Vice-Presidente Deputado Natálio Stica, do Relator Deputado Jocelito Canto e Deputado Duílio Genari. Dado início aos trabalhos o Presidente, agradeceu a presença de todos, em seguida passou-se a palavra ao Coordenador da Promotoria de Investigações Criminais, Promotor Paulo José Kessler, que respondeu as perguntas dos Deputados membros desta Comissão. O conteúdo da reunião está transcrito através das notas taquigráficas, em anexo, parte integrante da presente Ata. A seguir decidiu-se por uma nova reunião a ser realizada no dia 06 de dezembro do corrente ano, no Plenarinho desta Casa, às 17h00. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a presente reunião, da qual lavrei a presente Ata que vai assinada por ele, e por mim Everlei Terezinha Cleto, Secretária da Comissão.

(aa) ANTONIO ANIBELLI - Presidente
Everlei Terezinha Cleto - Secretária

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e seis, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, sob a Presidência do Deputado André Vargas. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguinte Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 789/05, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Relator: Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Lei nº 310/06, de autoria do Deputado Caíto Quintana. Relatora: Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Richard Rüppel Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(a) ANDRÉ VARGAS - Presidente
Richard Rüppel Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e seis, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, sob a Presidência do Deputado Rafael Greca. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguinte Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 423/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Relator: Deputado Barbosa Neto. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Lei nº 454/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Relator: Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Richard Rüppel Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

tor: Deputado Barbosa Neto. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Lei nº 454/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Relator: Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Richard Rüppel Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(a) RAFAEL GRECA - Presidente
Richard Rüppel Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e seis, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, sob a Presidência da Deputada Cida Borghetti. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguinte Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 416/06, de autoria do Deputado Vanderlei Iensen. Relator: Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Lei nº 524/06, de autoria do Deputado Antonio Anibelli. Relator: Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Richard Rüppel Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(a) CIDA BORGHETTI - Presidente
Richard Rüppel Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e seis, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, sob a Presidência do Deputado André Vargas. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguinte Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 411/06, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães. Relator: Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Richard Rüppel Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(a) ANDRÉ VARGAS - Presidente
Richard Rüppel Sotto Maior - Secretário

Comissão de Tomadas de Contas

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de dezembro de dois mil e seis, às 11h00, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para sua nona Reunião Ordinária, com a presença dos Srs. Deputados membros da Comissão, abaixo assinados, para deliberar sobre a seguinte Pauta: Proposição nº 057/06. Havendo número legal e, de acordo com o Regimento Interno, o Sr. Presidente da Comissão, Deputado Duílio Genari, abriu a reunião passando a palavra ao Sr. Deputado Antonio Anibelli, Relator da Proposição nº 057/06, que trata da prestação de contas do Governo do Estado do Paraná, através do Balanço Consolidado, acompanhado do Relatório de Execução Física do Orçamento-Programa e do Tribunal de Contas, relativas ao exercício de 2005. A matéria foi suficientemente examinada pelo Sr. Relator, que analisou os elementos apresentados e decidiu acompanhar o Acórdão nº 764/06 que aprova o Parecer Prévio de Natureza Técnica, elaborado pelo Conselheiro Relator Nestor Baptista do douto Tribunal de Contas do Estado, não encontrando óbice algum do ponto de vista constitucional, legal e regimental, concluindo pelo Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, no que foi acompanhado por todos. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, e, para constar e exercer os efeitos legais eu, Maria Regina Subtil, secretariei a reunião e lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente da Comissão, Srs. Deputados presentes, e, por mim, secretária da Comissão de Tomadas de Contas.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
Maria Regina Subtil - Secretária

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA TERMO DE ATA ARTIGO 27 - CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

Aos seis dias do mês de dezembro de dois mil e seis, às 09h00, na sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas, para deliberar sobre o artigo 27, parágrafo 9º da Constituição. O Sr. Presidente da Comissão, Deputado Duílio Genari, determinou que se fizesse publicar no Diário da Assembléia, para conhecimento de todos, as prestações de contas que atendem a Constituição Estadual, artigo 27, que diz: “As contas da administração pública direta, fundações, autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, ficarão, durante sessenta dias, anualmente, em local próprio da Assembléia Legislativa, à disposição, para exame e apreciação de qualquer contribuinte, o qual poderá questionar-lhe a legitimidade,

nos termos da Lei”, as quais encontravam-se em poder da Comissão desde o início do período legislativo do ano de dois mil e seis, referentes ao exercício de 2005, conforme segue: protocolo nº 746/06, Relatório de Atividades Global da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano; protocolo nº 1251/06, Demonstrativo das Alterações de Despesas da Secretaria de Estado do Planejamento; protocolos nºs 10.374/05 e 1.305/06, Relatório de Atividades Institucionais do 3º e 4º trimestres de 2005 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná; protocolo nº 2.643, Relatório de Atividades Institucionais de 2005 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná; protocolo nº 2.438, prestação de contas do Fundo Especial de Reequipamento de Trânsito - Funrestran; protocolo nº 2.442/06, Relatório de Gestão do Serviço Social Autônomo Paranaidade; protocolo nº 2.883/06, prestação de contas da Empresa Paraná Investimentos S/A; protocolo nº 2885/06, prestação de contas do Departamento Estadual de Arquivo Público - DEAP; protocolo nº 3.070/06, prestação de contas da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG; protocolo nº 3.315/06, prestação de contas da Empresa Paranaense de Classificação de Produtos - Claspar; protocolo nº 3.364/06, prestação de contas da Universidade Estadual de Maringá - UEM; protocolo nº 4.556/06, Relatório Anual e Balanço Patrimonial da Universidade Estadual de Londrina - UEL; protocolo nº 3.375/06, prestação de contas da Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar; protocolo nº 3.381/06, prestação de contas do Fundo de Aval Estadual para Agricultura Familiar; protocolo nº 3.382/06, prestação de contas do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE; protocolo nº 3.383/06, prestação de contas da Agência de Fomento do Paraná S/A; protocolo nº 3.393/06, prestação de contas do Serviço Social Autônomo Paranaeducação; protocolo nº 3.401/06, prestação de contas da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - Comec; protocolo nº 3.965/06, Balanço Anual da Estrada de Ferro Paraná Oeste S/A - Ferroeste; protocolo nº 3.590/06, prestação de contas do Serviço Social Autônomo Paraná Tecnologia; protocolo nº 3.591/06, prestação de contas do Fundo Paraná; protocolo nº 3.593/06, prestação de contas da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná - Codapar; protocolos nºs 6.265/06 e 7.789/06, relatório de Atividades do 1º e 2º trimestres de 2006 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná; protocolo nº 8.146/06 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná sobre ICMS; protocolo nº 9167/06, declaração de bens do Sr. Aloísio Xavier Lopes, Diretor Técnico-Comercial da Companhia Paranaense de Gás - Compagás; protocolo nº 9166/06, declaração de bens do Sr. Cláudio J. Camargo, Diretor de Administração e Finanças da Companhia Paranaense de Gás - Compagás, e, para surtir os efeitos legais, lavrei o presente Termo de Ata, que após lido e achado conforme será assinado pelo Sr. Presidente e por mim, Maria Regina Subtil, secretária da Comissão de Tomadas de Contas.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
Maria Regina Subtil - Secretária